

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO –  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**RODRIGO SAMPAIO PINTO**

**A ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NO RIO DE  
JANEIRO DURANTE O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA E  
REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1980 – 1994).**

**NOVA IGUAÇU**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO –  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**RODRIGO SAMPAIO PINTO**

**A ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NO RIO DE  
JANEIRO DURANTE O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA E  
REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1980 – 1994).**

Monografia apresentada ao curso de História como  
requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado  
em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Jean Rodrigues Sales.

**NOVA IGUAÇU**

**2013**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**ADRIANA MARIA RIBEIRO (MESTRE EM HISTÓRIA – UFRRJ)**

---

**ADRIANA DA SILVA SERAFIM (MESTRE EM HISTÓRIA – UFRRJ)**

## **RESUMO.**

Com o intuito de apresentar um estudo sobre a atividade do Partido Comunista do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, entre a década de 1980 e início de 1990, período de abertura política e redemocratização do Brasil após os anos de regime militar, este trabalho pretende divulgar como se deu a organização e movimentação do PCdoB nos eventos ocorridos ao longo desse período.

O PCdoB como um partido singular, que na conjuntura internacional sobreviveu à crise do socialismo real, ao fim da União Soviética, e aos embates presentes durante a guerra fria. No plano nacional, o partido passa por momentos de tensão durante o regime militar, sobrevive na clandestinidade e ilegalidade, é participante em eventos de importância ímpar no país nos anos que se seguem após o regime militar, como as campanhas das Diretas Já! e as discussões sobre a elaboração da Constituinte de 1988.

O PCdoB não apenas sobrevive às adversidades como alcança certo crescimento em âmbito nacional. Elegendo deputados, vereadores, e participando de coligações vitoriosas o partido almeja um crescimento eleitoral ao longo da década de 1990. A partir dos anos 2000, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) e a estreita relação estabelecida com o Partido dos Trabalhadores desde o final da década de 1980, o partido passa a integrar a base de apoio ao governo, recebendo cargos e assumindo ministérios importantes. Atualmente é atuante como base de apoio do governo Dilma Rousseff (PT).

## **SUMÁRIO.**

Introdução	página 6.
Capítulo 1. O PCdoB E SUA HISTÓRIA: TRAJETÓRIA DO PARTIDO NO TERRITÓRIO NACIONAL.	página 10.
1.1 A REORGANIZAÇÃO E OS ANOS 1960.	página 11
1.2 AS DÉCADAS DE 1970 E 1980: DA GUERRA DO ARAGUAIAÀ REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL.	página 17.
1.3 OS ANOS DE 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS: LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO E VITÓRIA DAS ESQUERDAS.	Página 28
Capítulo 2 – O PCDOB NO RIO DE JANEIRO: DA ABERTURA AO GOVERNO SARNEY.	página 36
2.1 – A ABERTURA POLÍTICA E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL.	página 36
2.2 - O PCDOB-RJ EM SUA ATUAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: A AÇÃO DO PARTIDO NO ESTADO NO INICIO DOS ANOS 1980	página 38
2.3 - O PCDOB LEGALIZADO: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E AÇÕES PARTIDÁRIAS NO RIO DE JANEIRO APÓS O ACESSO AOS DIREITOS ELEITORAIS: 1988 – 1994.	página 48
2.4 – O CARATER POPULAR DE LEONEL BRIZOLA NO RIO DE JANEIRO.	página 55
2.5 – A RELAÇÃO ENTRE O PCDOB E O GOVERNO LEONEL BRIZOLA: A LUTA CONTRA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL E SEUS EFEITOS NO RIO DE JANEIRO.	página 57
CONCLUSÃO	página 74.
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.	página 76.

## **INTRODUÇÃO.**

O presente trabalho pretende tratar sobre a atuação do Partido Comunista do Brasil no Rio de Janeiro durante toda a década de 1980 e primeira metade de 1990. Mais precisamente, trata-se da atuação do partido à respeito do período de abertura política e o posterior período de redemocratização do Brasil. Faz – se o recorte espacial no Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de entender como se deu as relações do partido com as demais forças políticas no Estado durante esse período. Ao longo do texto, procuraremos compreender como se deu a aceitação do partido no estado do Ri de Janeiro, no período pós – regime militar. Uma vez que durante o regime fez-se toda uma propaganda anticomunista.

O objetivo deste trabalho é analisar as relações que o PCdoB estabeleceu no Rio de Janeiro nos períodos de abertura política e redemocratização do país. Vale ressaltar ainda, que analisaremos a atuação direta do partido no Estado, no sentido de compreender a real inserção social e política que o partido possui na região. Além disso, faz-se o esforço para compreender a existência, ou não, de um projeto comunista no Brasil a partir das ações no Rio de Janeiro.

Organizou-se o trabalho em dois capítulos. No primeiro capítulo, discutiu-se a história do PCdoB e a atuação do partido em território nacional. Considerando a escassez de trabalhos historiográficos sobre o PCdoB, o primeiro capítulo tem o intuito de apresentar a história do partido de maneira geral, sem especificar qualquer ponto. Nesse capítulo, apresentaremos os autores que trabalham com o tema, logo, será uma discussão historiográfica acerca do PCdoB. Dividiu-se o primeiro capítulo em três partes, na primeira trataremos sobre a reorganização do partido (em 1962) e a cisão no interior do PCB em meados da segunda metade do século 1950 e a década de 1960. Na segunda parte do capítulo discorreremos sobre o PCdoB nos anos 1970 e 1980, dando importância à organização de deflagração da Guerrilha do Araguaia, a atuação do partido em eventos como a abertura política, a redemocratização no Brasil, o movimento por eleições diretas, e outros importantes eventos em cenário nacional. A última parte do capítulo trata do período que se inicia a partir da década de 1990 até os dias atuais, dando ênfase ao trabalho desenvolvido pelo partido no

sentido de recuperar sua inserção social e política , e se aproximar das grandes massas.

No segundo capítulo da monografia, trataremos mais especificamente sobre a atuação do PCdoB no Rio de Janeiro. A partir de então, começaremos a trabalhar com fontes primárias e fontes desenvolvidas pelo próprio partido, para compreender como se deu a atuação partidária. Se no primeiro capítulo fizemos uma discussão historiográfica, o segundo capítulo, além de ser mais específico<sup>1</sup> no tema da monografia, tratará exclusivamente sobre as fontes consultadas ao longo da pesquisa. O capítulo fica dividido em três partes, na primeira trataremos sobre a atuação do partido no último governo do regime militar, de João Figueiredo, tal como a movimentação frente à abertura política, no Rio de Janeiro. Na segunda parte do capítulo, trataremos sobre o esforço do partido para recuperar seu prestígio social no Rio de Janeiro ao longo dos anos 1980E na terceira parte analisaremos as relações desenvolvidas no Estado, principalmente a relação com o PDT e Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Além disso, organizamos dois subtítulos onde explicamos o recorte de redemocratização que pretendemos trabalhar no partido e o caráter de Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

Enquadramos esse trabalho a partir dos conceitos de História do Tempo Presente e da Nova História Política. Aos quais estão diretamente relacionados nas temáticas de memória e identidade cultural.

Para discutir o conceito de Nova História Política, há de se ressaltar primeiro o conceito de política, ao qual é definida por Ciro Flamarion Cardoso que compreende que a política é um resultado da dinâmica e sobre o sistema de fenômenos e exercícios de poder<sup>2</sup>. Ciro trabalha com a relação política e poder para entender como determinado grupo de pessoas respeito a um sistema ou um só representante, compreendendo o poder como uma série de relações que não significam necessariamente domínio. Seguindo esse raciocínio, Cardoso afirma que a partir do século XX houve um acréscimo do papel da política, e a partir de então passou a ser difundido o sentido de cultura política que pode ser

---

<sup>2</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e poder: uma nova história política?* In: Cardoso, Ciro Flamarion. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

coletivo ou individual (interiorizado), partindo sempre de hábitos políticos culturais. Tais culturas políticas se difundem através da socialização.

O surgimento do conceito de Nova História Política é fruto do desenvolvimento da história contemporânea, e mudança do conceito passa a ocorrer a partir do século XX, como destacou Cardoso. O adição de novos elementos ao conceito de cultura e a absorção de novas características à função do político são outras mudanças que tornam o conceito de Nova História Política.

Seguindo esse raciocínio, Marieta de Moraes Ferreira<sup>3</sup> afirma que depois de um longo período de prestígio durante o século XIX, a história política entrou em declínio, e só recuperou seu prestígio como campo de conhecimento histórico a partir da Escola de Annales, de Lucien Febvre, em 1948. A partir de Annales, as fronteiras do político foram ampliadas. Anexaram-se os conceitos de pluripartidarismo e se chegou ao papel da cultura política que enriquece a história política. Ferreira critica o conceito de história política antes de Annales, afirmando que o mesmo privava o historiador de manter maior conhecimento histórico, afirmando que a Nova História política abrange um universo maior, e a possibilidade de discutir questões como memória e cultura. Esse novo sentido de história política é definido por René Remond<sup>4</sup> como um renascimento

É seguindo esse conceito de Nova História Política que pautaremos esse trabalho, destacando que o conceito abre a possibilidade para discutir a cultura política desenvolvida no processo de sociabilidade. Sobre esse processo Serge Bernstein<sup>5</sup> destaca que uma cultura política é passada em uma sociedade de geração em geração, a partir dos instrumentos de sociabilidade, como escola, partidos políticos, família. A partir de então, a cultura política passa a ser uma série de sentidos e valores que passam pela sociedade.

Discorreremos agora sobre o conceito de História do Tempo Presente, que mais precisamente pode ser colocada como história do tempo

---

<sup>3</sup> FERREIRA, Marieta de M. *A Nova "Velha História": o Retorno da História Política*. IN: Estudos Históricos. N. 10, v. 5. Rio de Janeiro: 1992.

<sup>4</sup> RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

<sup>5</sup> BERNSTEIN, Serge. *A cultura política*. IN: RIOUX; SIRINELLI. *Por Uma História Cultural*. Lisboa: Espanha, 1998.

recente. A partir do conceito de Nova História Política, onde se amplia a discussão a acrescenta novos sentidos e papeis, e aproveitando o sentido de cultura política, o sentido de História do Tempo Presente se torna contemporâneo na medida em que sempre haverá o tempo recente a ser tratado em relação ao historiador. Porém, o estudo da história recente e contemporânea foi alvo é alvo de muitas críticas por parte de alguns historiadores que compreender que é necessário ter certo distanciamento entre o pesquisador e o recorte temporal do objeto de pesquisa. Marieta Ferreira<sup>6</sup> discorra sobre essa questão afirmando que a historiografia mais tradicional considerava história recente como uma história para amadores. As universidades e centros de pesquisas preferiam estudar sobre a História Antiga ou Medieval, acreditando que quanto maior a separação entre o pesquisador e seu tema, mais científico era a pesquisa. Dessa forma, a história recente foi se tornando um “história sem historiador.” Marieta relata, porém, que não necessariamente a proximidade temporal fara o historiador ter uma pesquisa amadora, uma vez que se pode anexar novos componentes à pesquisa. Desses novos componentes, cita-se a história oral, que até hoje se discute sua real eficácia como metodologia, onde segundo Ferreira se recupera a história do excluído. A história oral estaria nas relações entre memória e história, e preencheria as lacunas da documentação escrita.

Ao se realizar uma pesquisa na área de História do Tempo Presente, deve-se organizar a relação entre memória e história, e mais ainda, a relação entre História e Tempo Presente. Como vimos acima, em Ferreira, a partir da história oral, e dando-se voz aos excluídos, pode se transformar a memória individual e coletiva em um instrumento de pesquisa em história. Dentro desse contexto, deve-se delimitar o espaço destinado à memória dentro da pesquisa. Marcia Maria Menendes Motta<sup>7</sup>relata que dentro desse embate entre memória e história, a primeira possui um caráter positivista, sem critica às fontes. Para Motta, a memória constrói a identidade de grupos, e essa identidade é realimentada e reforçada a todo o momento com os mecanismos de sociabilidade. Já a história

---

<sup>6</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Revista Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

<sup>7</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História, memória e tempo presente*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

deve criticar o passado e as fontes, reconstruindo teorias. Para a autora, antes de se utilizar a memória como fonte, a historiografia delimita esses conceitos.

O trabalho com a História do Tempo Presente vai estar sempre associado à memória e à coletividade. Nesse sentido, Motta enfatiza para o cuidado que se deve ter, uma vez que a memória como instrumento de sociabilidade possui seus projetos de identidade de grupo, e nesse projetos existem os fatos que devem ser lembrados e aqueles fato esquecidos socialmente, no fenômeno chamado amnésia social.

Outro ponto a ser tocado quando se trabalha com a História do Tempo Presente são as fontes. Já vimos em Ferreira que a abre-se a possibilidade do trabalho com a memória e a história oral. Motta, porém, ressalva que para trabalhar com o Tempo Presente, é preciso entender que, diferentemente do trabalho com recortes temporais mais distantes, geralmente ocorre um excesso de fontes. O historiador precisa saber trabalhar mediante ao enriquecedor excesso de fontes que a História do Tempo Presente concebe para ele.

## **1 – O PCdoB E SUA HISTÓRIA: TRAJETÓRIA DO PARTIDO NO TERRITÓRIO NACIONAL.**

Neste capítulo pretende-se apresentar o caminho que o PCdoB seguiu ao longo de sua existência, apresentando os episódios conturbados e os momentos de debates acerca da política desenvolvida. Iniciaremos o debate a partir do momento que é compreendido como a reorganização do partido em 1962, quando a partir de dissidentes descontentes com os rumos que o PCB estava tomando resolveram “reorganizar” o Partido Comunista do Brasil. Discutiremos em seguida o funcionamento do Partido durante o regime militar no Brasil, perpassando por momentos importantes como a Guerra do Araguaia e a participação partidária em episódios fundamentais no país, como a abertura política, e a redemocratização. Finalizaremos com uma discussão a partir dos anos 1990 até os dias atuais.

### **1.1 – A reorganização e os anos 1960.**

Dentro do PCB conviveram durante quarenta anos (1922 – 1962) aliados que futuramente se tornariam rivais na busca pela legitimidade como verdadeiros representantes do comunismo no Brasil. Sobre a sigla PCB, até a década de 1960,

e seguindo as diretrizes da ideologia revolucionária traçada por Karl Max e Lênin, o Partido Comunista do Brasil sobreviveu, embora não em total tranquilidade, a cisões menores e sem muito impacto sobre a estrutura partidária. Porém, no início da década de 1960 ocorre ocorrem cisões que abalariam toda a estrutura partidária, mudando o sentido e a história do partido.

. Engana-se, porém, quem pensa na cisão no interior do Partido Comunista do Brasil como um episódio isolado, pois desde meados da segunda metade da década de 1950 já havia descontentamento com os rumos que o Comitê Central estava tomando. A ocorrência desse processo de cisão no início dos anos 1960 era um reflexo sobre o crescente clima de insatisfação.

Sobre esse episódio José Roberto Cabrera<sup>8</sup> relata de forma minuciosa os acontecimentos que levaram à cisão no interior do PCB, dando papel de protagonismo ao Relatório de Krushev<sup>9</sup> escrito no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) ocorrido em 1956. Cabrera afirma que o Comitê Central do PCB demorou a iniciar os debates sobre este evento, embora o mesmo tenha tumultuado as bases partidárias a partir de discussões e fragmentações internas. Deste modo, os descontentamentos com os rumos tomados entre os dirigentes partidários, e a exclusão de importantes líderes do partido da Comissão Executiva do Comitê Central, entre eles dois reorganizadores do PCdoB (Mauricio Grabois e João Amazonas), evidenciam que era um momento de pressão no interior do partido. O autor deixa claro que é a partir dessa disputa interna, em decorrência das denúncias de Nikita Krushev no Relatório Secreto redigido no XX Congresso da PCUS, que surgem ou se evidenciam as diferenças entre os líderes partidários do PCB.

Cabrera credita nesse caso um papel fundamental ao relatório de Krushev e as discussões internas sobre o que fazer a partir de aprovação deste relatório. Há de se relatar, porém, que a crise que atingiu ao Partido Comunista do Brasil, gerando uma deflagração profunda que abalaria as estruturas partidárias, tinha origens bem mais antigas. Tratava-se de discordâncias na política partidária, e mesmo de discordâncias sobre estratégias ideológicas. O Autor Jean Rodrigues

---

<sup>8</sup> CABRERA, José Roberto. *O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo: rupturas e continuísmo*. Campinas, SP: Unicamp, 2008 (Doutorado em Ciência Política).

Sales faz uma análise sobre esse período de crise, incorporando toda uma conjuntura complicada que já vinha assolando as bases partidárias desde metade da década de 1950:

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) surgiu em fevereiro de 1962 a partir de uma cisão no interior do velho Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. Essa cisão está ligada à tensa conjuntura político-social da segunda metade da década de cinquenta e início da década de sessenta no Brasil e a uma aguda crise política que se abateu sobre o PCB.<sup>10</sup>

Ou seja, para Sales, a cisão ocorrida no PCB que daria origem ao PCdoB foi fruto de uma série de eventos que desgastaram internamente o partido, dando origem a uma crise política que resultaria na cisão definitiva. Jean Rodrigues Sales apresenta ainda algumas considerações que contribuem para a compreensão desse episódio, conotando importância às questões nacionais e internacionais. No plano externo o autor também enfatiza XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética que traria discussões inflamadas no interior do partido e seria responsável pelo início da cisão. Tais discussões se cercavam de um assunto delicado, o incentivo ou não ao aprofundamento das pautas acerca do peso e responsabilidade sobre os crimes praticados por Josef Stalin (líder da União Soviética e do Partido Comunista da União Soviética de 1922 até 1953, ano de sua morte):

No PCB, as discussões sobre o peso a ser dado tanto às críticas aos crimes praticados por Stalin, quanto às mudanças nas formulações e práticas políticas, cindiram o partido em vários grupos com posições diferenciadas. Dentre tais grupos, destaca-se a atuação dos militantes que viriam a fazer parte da primeira Comissão Executiva do PC do B: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danielli e Calil Chade. Esse grupo, junto com a maior parte do núcleo dirigente, desempenhou um papel importante na defesa da ortodoxia partidária

---

<sup>10</sup> SALES, Jean Rodrigues. “*O PCdoB nos anos 60: estruturação orgânica e atuação política*”. Cadernos AEL/Tempo de ditadura: do golpe aos anos 70. Campinas, Unicamp, vol. 8, no 14/15, p. 14 - 49, 2001.

contra os que defendiam um aprofundamento tanto nas críticas a Stalin, quanto nas mudanças que o partido deveria sofrer para resolver seus problemas políticos e organizacionais.<sup>11</sup>

Seguindo o raciocínio do autor citado acima, entendemos que o processo de cisão no interior do PCB e a reorganização do PCdoB possuem raízes não apenas em episódios internos e da política nacional, como também possui influências em episódios ocorridos no plano internacional, mais especificamente em problemáticas importadas do mundo comunista e da União Soviética. E é nesse momento de coturbada relação interna entre os líderes partidários que surgem a “Declaração de Março de 1958”, documento redigido por uma comissão definida pela liderança partidária e que pretendia traçar as diretrizes para o PCB, de forma a adaptar as posições políticas às mudanças no plano nacional e internacional, principalmente com os acontecimentos no plano comunista internacional. Sales (2001) denota importância fundamental a essa documentação para a elaboração de uma movimentação interna na tentativa de evitar a continuidade das ações da então diretoria do partido, uma vez que essa declaração deixava claro que os dirigentes não estavam ouvindo os dissidentes. Por outro lado, Cabrera (2008) consegue definir de forma enfática o sentido e consequências da “Declaração de Março de 1958”:

A materialização dessas mudanças se deu com a publicação do Manifesto de março de 1958, considerado por uns como um documento de refundação do partido e por outros como a mais explícita manifestação do revisionismo contemporâneo no interior do PCB ”

Cabrera ainda destaca de forma resumida o real conteúdo da declaração:

A Declaração sobre a política do PCB de março de 1958 rompeu, em linhas gerais, com a orientação que se seguia desde o IV Congresso, adequando a ação do PCB ao novo quadro nacional que associava o desenvolvimento com a democracia liberal ao novo

---

<sup>11</sup> IDEM. P. 18.

período inaugurado pela política de distensão e convivência pacífica implementada pelo PCUS, agora sob direção de NikitaKrushev.<sup>12</sup>

Como vemos, Cabrera compreende que embora o relatório de Krushev tenha um papel de protagonista na cisão do PCB, haveria uma subdivisão em termos de ideologia partidária. Observando esse conturbado momento, podemos compreender essa crise como a inauguração de um novo tempo para o partido, onde as divergências internas passam a se tornar mais claras e as delimitações de correntes começam a dar sinais de dissidências e demonstra os caminhos que futuramente levariam a cisão do partido e a reorganização.

A discussão acerca da declaração se prolongou até a sua aprovação em 1960, no V Congresso do Partido Comunista do Brasil. A partir da aprovação temos uma demarcação clara sobre os grupos que se formaram no interior do PCB, e o grupo liderado por Luis Carlos Prestes, líder histórico do PCB e que naquele momento presidia o Comitê Central, consegue êxito na incorporação de suas propostas. Uma das alas insatisfeitas com as decisões tomadas pelo partido e que havia formado parte do grupo dissidente que votou contra a aprovação da declaração de Março de 1958, como João Amazonas e Mauricio Grabois, viria a formar futuramente o primeiro Comitê Executivo do PCdoB como partido reorganizado. A respeito desse momento Cabrera (2008) evidenciou vários episódios de críticas a declaração, como no caso do Mauricio Grabois, que enfatiza que a declaração não correspondia às responsabilidades comunistas no Brasil e no mundo e que esta priorizava os dirigentes e membros da burguesia em detrimento do proletariado.

Mesmo diante de um clima tumultuado e de incertezas no interior do partido o grupo de Prestes consegue aprovar a Declaração de Março de 1958, no V Congresso. Posteriormente expulsa e retira dos cargos de dirigentes o grupo dissidente.

Se no plano externo, o relatório de Krushev teve importância fundamental na cisão do PCB, internamente o partido enfrentava outros problemas de grande magnitude. A reorganização do PCdoB, mesmo que tenha tido influências

---

<sup>12</sup> IDEM.

externas a partir do movimento comunista internacional, partiu de divergências internas sobre a mudança de postura do PCB. Uma vez que o partido se encontrou na ilegalidade durante grande parte de seu percurso desde 1922, buscou – se maneiras e oportunidades para tornar o partido elegível e vigente na legalidade nacional. Desta forma, inúmeras mudanças foram feitas no início da década de 1960 com o intuito de garantir a legalidade partidária. O partido buscava adaptar sua política partidária no Brasil e ao mesmo tempo enfrentava críticas no seu interior devido ao abandono de dogmas e ideologias históricas e que representavam do movimento comunista. Jean Sales discorre sobre essas divergências internas:

Em agosto de 1961, o Comitê Central eleito durante o V Congresso modifica os estatutos partidários para facilitar o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o nome do partido passa a ser Partido Comunista Brasileiro, mantendo, porém, a mesma sigla (PCB); também são retiradas do programa as referências ao marxismo-leninismo... o grupo opositor organiza um protesto escrito que ficaria conhecido como a Carta dos cem, na qual declara que o documento publicado na revista Novos Rumos era a negação do partido revolucionário. Os dirigentes do PCB acusaram os principais responsáveis pela carta de estarem fazendo fracionismo e os expulsaram do partido.<sup>13</sup>

Como vemos em Sales, os grupos presentes dentro do PCB discordavam sobre a forma como estariam sendo conduzidas as mudanças no partido. De um lado os dissidentes acusam a diretoria do PCB de abandonarem as referências marxista-leninistas, modificando os estatutos partidários e o nome da partido para Partido Comunista Brasileiro. Do outro lado, a parte dos dirigentes do PCB também acusa os dissidentes de fracionar o partido, e abre mão da participação destes nas fileiras do partido. Parte desse grupo que fora expulso do PCB cria um movimento que passou a tratar da reorganização do Partido Comunista do Brasil, agora sobre a sigla de PCdoB, declarando-se a verdadeira representação dos

---

<sup>13</sup> SALES (2001). P. 19.

comunistas e proletariados no Brasil e mantendo as referências marxista-leninistas no seu estatuto. Os líderes do PCdoB, acusam o PCB de ser a dissidência do Partido Comunista do Brasil, uma vez que se abandonou o nome original do partido e os dogmas marxistas e leninistas no estatuto.

A partir do momento da reorganização PCdoB, em 1962, passou a se reestruturar o partido, e a organização da VI Conferência Nacional em 1966<sup>14</sup> foi fundamental nesse sentido. Do ponto de vista da conquista da unidade partidária, algumas outras cisões importantes são realizadas no interior do PCdoB no período imediato à reorganização. Essas cisões correspondem a uma discussão acerca da estratégia de guerrilha que o partido deveria tomar e quando deveria. Embora o PCdoB tenha surgido com ideal de partido revolucionário guerrilheiro, havia dúvidas sobre quando se iniciariam as guerrilhas. Um grupo defendia que o partido deveria preparar e treinar suas fileiras primeiramente, outra ala reivindicava a imediata dedicação a uma guerrilha urbana com cunho revolucionário. Valter Pomar definiu assim esse momento de incertezas dentro do PCdoB:

Em 1966, o PCdoB realizou sua Sexta Conferência Nacional. Nessa ocasião, romperam com o Partido aqueles setores que defendiam o início imediato da guerrilha (urbana, no caso). Tais setores deram origem a duas novas organizações: a Ala Vermelha e o Partido Comunista Revolucionário (PCR).<sup>15</sup>

É importante resaltar que a situação de guerrilha foi pensada mediante a um contexto de um regime ditatorial recém-imposto no Brasil, que buscava livrar o país de toda e qualquer “ameaça comunista”. A estratégia de guerrilha entra num plano de ofensiva, visto que o movimento estava ameaçado no Brasil. O grupo que permaneceu no PCdoB organizou e treinou militantes guerrilheiros que atuariam naquela que ficou conhecida como a grande experiência guerrilheira do PCdoB em território nacional: a Guerrilha do Araguaia<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup>As outras cinco conferências foram realizadas antes da reorganização, ainda sobre a sigla de PCB.

<sup>15</sup> POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão de 1962*.

<sup>16</sup>Ocorrido na região Norte do Brasil, mais precisamente nas margens do rio Araguaia. Organizado a partir de uma estratégia guerrilheira montada pelo PCdoB com objetivo de derrubar o regime militar e implantar o socialismo no Brasil. O Exército brasileiro consegue enfraquecer a guerrilha e sai como vitorioso em 1974.

Embora as batalhas armadas na guerrilha tenham tido seu ponto máximo na primeira metade da década de 1970, com a chegada do exército brasileiro para combater os guerrilheiros, os militantes e guerrilheiros do PCdoB já se faziam presentes na região com o objetivo de montar um grupo de resistência e iniciar os treinamentos para a guerrilha. Dessa forma, podemos compreender a Guerrilha do Araguaia como uma ação autêntica e importante por parte do PCdoB após a sua reorganização. Grande parte dos autores que trabalham com o PCdoB consideram esse momento como o mais importante do partido dentro do período de regime militar, mais do que isso, a guerrilha funciona como uma reivindicação do direito de vanguarda no Brasil.

Entendemos que a preparação de militantes com estratégia de introduzir uma guerrilha rural e a partir disso buscar por via de luta armada a revolução socialista escancarou as diferenças entre PCdoB e PCB no Brasil, uma vez que desde a polêmica “Declaração de março de 1958” o PCB continuou a defender a revolução por vias pacíficas, enquanto o PCdoB pregava uma revolução por vias violentas.

A preparação de guerrilheiros para combaterem na região do Araguaia tinha como expectativa a criação da vanguarda comunista que pretendia iniciar um movimento revolucionário comunista no Brasil ao final dos anos 1960. Tal estratégia demonstrava os rumos que o partido desejava tomar e o seu compromisso com a luta armada. De outro lado o partido vivia um momento de distanciamento do PCB para elaborar suas próprias definições políticas e ideológicas.

## **1.2 - As décadas de 1970 e 1980: Da guerra do Araguaia à redemocratização do Brasil.**

O início da década de 1970 não iria diferir muito a estratégia do PCdoB, buscando uma política e ideologia autêntica em relação ao PCB e pautada nas referências de Marx e Lênin. Com o intuito de permanecer estruturando as bases partidárias e fortalecendo o movimento de guerrilha que estava se formando e sendo treinado desde a segunda metade da década de 1960 na região do Araguaia, pretendia-se formar uma oposição forte e que brevemente pegasse em armas para lutar contra o regime militar e a favor de uma sociedade socialista. Porém, o

aperto do cerco aos comunistas pelo regime militar e a oficialização do Ato Institucional 5 (AI-5) <sup>17</sup>, em 1968, que deixou claro o rigor do regime com as manifestações contrárias e principalmente aos movimentos comunistas, dando poderes absolutos de ações aos militares no intuito de evitar protestos e reivindicações contrárias ao regime, acelerou a preparação dos guerrilheiros no Araguaia. Como vemos em Jean Sales (2001), que compreende que embora o partido não assuma a sua mudança de postura a partir do AI -5, as medidas tomadas deixam claro que houve uma aceleração no processo de preparação da guerrilha:

O Ato Institucional n. 5 causou um grande impacto no partido. Nesse sentido, ainda que, na teoria, o PCdoB não o admitisse, a partir desse momento houve uma sensível aceleração por parte de sua direção na preparação da guerrilha.<sup>18</sup>

Nesse caminho, o partido via a sua estratégia ameaçada, uma vez que o AI-5 dava livres poderes aos militares e deixava claro o teor das investigações a serem realizadas. Sales relata que as ações do partido na organização da guerrilha eram extremamente secretas, inclusive para militantes e mesmo para membros dirigentes, de forma que o partido organizou a guerrilha na clandestinidade. Apesar do caráter secreto da preparação da guerrilha, o governo acaba descobrindo as ações do partido no norte do país e a partir de 1972 passa a enviar operações na tentativa de destruir a organização guerrilheira e conseqüentemente o projeto de revolução comunista. Sales (2001) resume assim os rumos da guerrilha:

É nessa situação que o PC do B chega ao início da década de setenta e à guerrilha do Araguaia, deflagrada em 1972. Nessa experiência, o projeto de luta armada foi colocado à prova contra o exército brasileiro e revelou muito das contradições latentes em sua formulação. Mistura de guerra popular e foquismo, não teve melhor sorte do que os projetos dos grupos armados nas cidades. Em que pese à heroica luta de seus combatentes — que morreram lutando pelos seus

---

<sup>17</sup> Quinto ato institucional imposto durante o regime militar, posto em prática durante o governo de Arthur Costa e Silva. O Ato Institucional funciona suspendendo algumas garantias constitucionais. Deu poderes máximos ao então presidente da República e suspendeu as ações do Congresso Nacional.

<sup>18</sup> SALES (2001) p. 43/44

ideais — em 1974 quase todos os participantes haviam sido mortos pelo Exército brasileiro.<sup>19</sup>

Como foi enfatizado acima, o exercito enviou tropas para a região do Araguaia já a partir de 1972, na tentativa de acabar com a movimentação de guerrilha que estava sendo preparada e esvaziar o movimento, e acaba deflagrando a Guerrilha de Araguaia. Tendo a duração de 2 anos, a guerrilha termina em 1974 com supremacia total do exercito brasileiro, e uma derrota com muitos danos para o partido, uma vez que perdia-se ali não apenas militantes e combatentes, como também perdia-se uma noção de guerrilha rural, uma vez que a estratégia utilizada não deu certo. Sales considera alguns erros na estratégia da guerrilha para a sua conseqüente derrocada como luta armada, respeitando um período que vai de 1972 até 1974 entre o inicio e o fim dos combates. Valter Pomar delimita o mesmo período para o inicio e o termino da Guerrilha do Araguaia, com a vitória do exercito brasileiro:

Atacados pelo exército no dia 12 de abril de 1972, os guerrilheiros do Araguaia resistem até 1974, quando é emboscado e assassinado seu principal dirigente militar, Osvaldo Orlando da Costa.<sup>20</sup>

Tanto Pomar, quanto Sales concordam que a luta armada urbana já havia sido dizimada pelo regime militar, e a Guerrilha da Araguaia, sendo uma guerrilha rural, se transformou na última grande guerrilha contra o regime naquela década. Sales (2001) considera que a derrota na Guerrilha do Araguaia obriga o partido a alterar seu projeto político e suas proposições, levando o partido a reelaborar seu projeto a partir da avaliação da derrota na Guerrilha. Pomar também relata esse enfraquecimento e os novos rumos do partido a partir da derrota na guerrilha:

Enfraquecido pela derrota no Araguaia e pela prisão de dirigentes e militantes em todo o país, o Partido recebe novas forças a partir da incorporação da Ação Popular Marxista Leninista (APML)”. Os

---

<sup>19</sup> IDEM. P. 46.

<sup>20</sup> POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão de 1962*. P.10.

militantes oriundos da AP são incorporados em todos os níveis do PCdoB, inclusive no Comitê Central (CC). *Haroldo Lima e Aldo Arantes* descrevem este processo, do ângulo dos que aderiram ao Partido Comunista do Brasil, no livro *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*, 1984.<sup>21</sup>

Após a derrocada na Guerrilha do Araguaia, o PCdoB entra em um momento que se definiu como defensiva estratégica, onde deveria reavaliar suas forças e suas estratégias para conseguir conquistar influência no plano nacional. O partido passa a rever a sua política, de forma que após a derrota na guerrilha não haveria nenhum outro momento de tensão no partido, que passou a analisar os motivos da derrocada da guerrilha, os significados e consequências desta derrota para o futuro do partido. Iniciou-se então um período onde o Comitê Central do partido buscou reorganizar sua política no sentido de não perder ainda mais sua força.

Em meio a esse cenário negativo após a derrota na Guerrilha do Araguaia, o PCdoB passa a esforçar-se na defesa de uma anistia total para os participantes da guerrilha. Podemos ver isso com maior clareza em outro trabalho de Jean Rodrigues Sales<sup>22</sup> onde encontramos a trajetória do PCdoB após a guerrilha. Sales enfatiza que além de lutar pela anistia total, o partido passa a discutir justamente as consequências da guerrilha para o partido, agindo de forma mais tímida, uma vez que uma crise interna assume o partido.

O momento de análise e avaliação vivido pelo PCdoB após a derrota na Guerrilha do Araguaia fica ainda mais complicado quando se sofre outro duro golpe. O partido agindo na clandestinidade sofre um ataque do governo militar em uma reunião do comitê central no bairro da Lapa, São Paulo, no ano de 1976 em um evento que viria a ser conhecido como: “O Massacre da Lapa”. Segundo Valter Pomar, a reunião no Comitê Central discutiu justamente questões da Guerrilha do Araguaia:

---

<sup>21</sup> IDEM. P.11.

<sup>22</sup> SALES, Jean Rodrigues. *Entre o Fechamento e a Abertura: A Trajetória do PCdoB na Guerrilha do Araguaia a Nova República (1974-1985)*

A reunião do Comitê Central do PCdoB estava sendo monitorada pelo Exército e órgãos de segurança da ditadura militar, que após seu término atacam a casa onde se realizara a reunião assassinando os dirigentes que permaneciam no local: Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Um terceiro membro do Comitê Central do PCdoB, João Batista Franco Drummond, é preso e torturado até a morte. Os demais participantes da reunião são presos, torturados e condenados à prisão, com exceção de Jover Telles e de José Novaes.<sup>23</sup>

O “Massacre da Lapa” marcou a história do PCdoB e iniciou o ciclo de crise interna vivida pelo partido entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980. A crise vivida pelo partido levou a perda de inúmeros militantes e dirigentes, além de uma cisão que originaria o Partido Revolucionário Comunista (PRC), como relata Jean Sales:

A cisão marcou a história do PC do B. Por cerca de dois anos, o partido debateu-se em intensa polêmica interna e externa, o que lhe trouxe a perda de muitos militantes e dirigentes, sobretudo na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Provavelmente as conseqüências não foram maiores porque, no início dos anos 1980, o PC do B experimentou relativo crescimento, conseqüência de sua presença no “Movimento Contra a Carestia”, nas Oposições Sindicais do ABC paulista, entre outros movimentos sociais que marcaram o período.<sup>24</sup>

A afirmação Sales deixa claro que a crise nos fins dos anos 1970 trouxe grandes perdas ao PCdoB, recuperando-se somente com o evento das grandes greves sindicais no ABC paulista. O partido viria a viver em uma intensa crise e sem perspectiva de melhoras, uma vez que o regime militar batia forte no movimento comunista e o partido encontrava em um momento de defensiva. Como ressaltado acima por Sales, o PCdoB passa a se recuperar somente com a participação nas greves sindicais no ABC paulista já no final da década de 1970 e

---

<sup>23</sup> POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão de 1962*. P.13.

<sup>24</sup> SALES, Jean Rodrigues. *Entre o Fechamento e a Abertura: A Trajetória do PCdoB na Guerrilha do Araguaia a Nova República (1974-1985)*

início da década de 1980. Essa participação do PCdoB nas greves sindicais colocou em oposição direta com o Partido dos Trabalhadores (PT), talvez, o grande alvo de críticas políticas do partido, uma vez que o PT também participava de forma ativa nas greves sindicais, principalmente no ABC paulista. O partido mantém uma postura extremamente crítica em relação ao PT ao longo de grande parte dos anos 1980, na busca por maior influência sobre a classe trabalhadora e o sindicalismo. Aqui Jean Sales resume a relação do PCdoB com o PT até meados da segunda metade da década de 1980:

...Lembrar que o partido de João Amazonas sempre fora um crítico tenaz do partido de Lula. Os motivos das críticas dirigidas ao PT podem ser entendidos, de um lado, pela própria concorrência dos dois agrupamentos dentro dos segmentos da esquerda brasileira; de outro lado, na lógica da política de unidade até então defendida pelo PCdoB, o PT era criticado por ter rompido a união nacional na luta contra a ditadura, uma vez que se unira ao PMDB, e por não ter apoiado logo depois a Nova república (Sales, 2007b).<sup>25</sup>

Como vemos as críticas dirigida ao PT foi algo recorrente durante um longo período. Tais críticas podem ser facilmente encontradas na “Revista Princípios”<sup>26</sup> onde encontramos denúncias em forma de artigos e teses em relação ao trabalho desenvolvido pelo PT nos movimentos sindicais, no jornal “Tribuna da Luta Operária”<sup>27</sup> que funcionou justamente no período de maior movimentação de greves sindicais e no jornal “A Classe Operária”<sup>28</sup> também se encontra inúmeras reportagens que denunciam o PT como um partido ao invés de unificar os trabalhadores fragmentava a luta.

Além das questões sindicais e da oposição ao PT, os anos 1980 foram de grande movimentação para o partido devido à intensa turbulência vivida na política nacional, com o fim do processo de transição do governo militar para um governo civil, e o PCdoB se movimentou de forma ativa em episódios como as campanhas pelas eleições diretas, o governo Sarney, as eleições presidências de

---

<sup>25</sup> SALES, Jean Rodrigues. *Entre a Revolução e a Institucionalização: a Participação Eleitoral do PCdoB na História Recente do Brasil*.

<sup>26</sup> Revista da editora Anita Garibaldi, organizada pelo PCdoB, e onde os líderes partidários divulgam suas teses e artigos, além de reportagens e entrevistas.

<sup>27</sup> Lançado como periódico em 1979 pelo Partido Comunista do Brasil e funcionando até 1988.

<sup>28</sup> Jornal criado e editado pelo Partido Comunista do Brasil em 1925.

1989 e o processo de redemocratização do país. O Partido Comunista do Brasil empenha ainda seus esforços na recuperação da legalidade de sua sigla política.

A discussão acerca da recuperação do poder federal por parte dos civis foi extremamente discutida pelos partidos políticos, e o PCdoB não se colocou fora desse contexto. A partir do momento em que o último governo militar de João Figueiredo passava a condicionar maior abertura política no país, o clima de expectativa começou a vigorar nas ruas, e o posterior anúncio da entrega do cargo aos civis levou as forças democráticas a saírem às ruas pedindo eleições diretas para presidente da república. Dentro desse contexto, o PCdoB inicia de forma tímida suas ações, buscando autenticidade mediante aos outros partidos. Jean Sales relata sobre essa questão:

O PC do B engajou-se tardiamente na campanha. Em sua análise, o país vivia um clima de crise política institucional e dificilmente o governo Figueiredo resistiria até 1985.<sup>29</sup>

O PCdoB acreditava que o momento não era ideal para o engajamento de uma luta por eleições diretas, uma vez que o próprio governo já estava desgastado e assumindo a entrega do poder ao final do mandato em 1985. Embora a questão da transição tenha sido tema recorrentemente discutido pelo partido, a análise era a de que o momento era de esperar o próprio governo Figueiredo se enfraquecer e entregar o poder para os civis que pediriam eleições diretas em seguida. Porém, ao longo do ano de 1983 e no início do ano de 1984 a campanha por eleições diretas foi se intensificando, por intermédio do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), partido ao qual o PCdoB esteve presente com candidatos durante o período de clandestinidade, e com o grande empenho do PT que levou a campanha a ganhar status de mobilização de massas. Visto a grande mobilização de massa, o PCdoB passa a rever sua análise, uma vez que naquele momento era fundamental estar presente nas manifestações de cunho populares, aderindo à campanha das “Diretas Já”:

Com o desenrolar e intensificação da campanha, que logo ganhou adesão massiva, o PC do B engajou-se na luta pelas diretas e modificou o seu posicionamento.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> SALES, Jean Rodrigues. *Entre o Fechamento e a Abertura: A Trajetória do PCdoB na Guerrilha do Araguaia a Nova República (1974-1985)*. P. 158.

Apesar de toda mobilização popular na campanha das “Diretas Já”, a ementa Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente nas eleições de 1994, não foi aprovada pelo Congresso Nacional. A derrota da ementa reflete negativamente nos movimentos populares, com uma divisão entre os setores de esquerda, como enfatiza Sales<sup>31</sup>. De um lado PT negava-se a aceitar o resultado da votação e se colocou fora da eleição indireta para presidente, de outro lado o PMDB e outros partidos da oposição resolveram apoiar Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, contra Paulo Maluf (PDS). Já o PCdoB defendeu a continuidade da frente única democrática formada ao longo da campanha pelas eleições diretas, entendendo que as mobilizações enfraqueceram ainda mais o governo e que as forças de oposição deveriam brigar para garantir o processo eleitoral.

Com a vitória de Tancredo Neves, o partido acaba fazendo uma análise positiva da consequente vitória deste nas eleições indiretas, destacando o fim do longo regime militar e a certeza de que a mobilização popular garantiu a vitória. Com a morte do Tancredo, antes mesmo de assumir seu mandato, e a assunção de José Sarney (vice-presidente eleito), o partido passa o seu apoio ao novo presidente buscando a garantia da volta da democracia ao Brasil. Sobre esse apoio inicial ao governo Sarney, Antônio Ozaí da Silva (1998) relata detalhadamente como ocorreu:

Em decorrência, o esforço de manter a política de frente ampla justificou o apoio ao Colégio Eleitoral e a adesão à Nova República, sob o comando do Presidente José Sarney. Tratava-se, na análise comunista, de garantir a governabilidade para evitar os riscos de retrocesso político – uma ameaça que estaria presente nas articulações de setores das forças armadas.<sup>32</sup>

O apoio ao governo Sarney surpreendia, uma vez que o PCdoB sempre pregou um movimento comunista de ruptura a partir de uma guerrilha, e apoiar um governo que nada tinha haver com o movimento comunista causava estranheza. Devemos lembrar, porém, que o momento era totalmente desfavorável, e o PCdoB não tinha capacidade pessoal, uma vez que suas fileiras encontravam ainda esvaziadas, nem uma tática e estratégia para o momento, visto que ainda se pensava muito sobre a fracassada experiência no Araguaia. Como vemos no

---

<sup>30</sup> IDEM.

<sup>31</sup> IBIDEM

<sup>32</sup> Silva, Antônio Ozaí Da. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987 – 1994): permanências e discontinuidades*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

trecho citado acima, para Antônio Ozaí da Silva existe uma preocupação do PCdoB em responder a seus militantes e a grande massa comunista os motivos pelos quais optou por apoiar o governo Sarney, mesmo não sendo um governo comunista e muito menos um governo de ruptura.

Com o intuito de enriquecer o debate, citaremos agora uma consideração de Jean Sales acerca do assunto:

Com a chegada de José Sarney à presidência, o partido continuou a política defrente ampla para defender o aprofundamento das liberdades democráticas. Nesse sentido, desde o princípio, apoiou o governo Sarney, na medida em que este representava avanços no processo de redemocratização.<sup>33</sup>

Observamos dessa forma que tanto Ozaí, quanto Sales enfatizam a defesa do partido para o apoio ao governo Sarney, o que supõe a grande preocupação que o partido teve em responder essa ambiguidade de ser um partido comunista em apoio a um governo não comunista. Ao mesmo tempo em que era necessário garantir a democracia e a estabilidade da política nacional, o partido precisar dar uma resposta às suas fileiras.

Nesse contexto de defensiva estratégica e na intenção de garantir a democracia no país ao mesmo tempo em que almeja um crescimento substancial para o partido, o PCdoB passa a suportar alianças de esquerdas democráticas e progressistas, e participar de coligações em eleições, além disso, o partido tem êxito na sua busca pela legalização política em 1985, quando desde o início de ano encontramos matérias nas mídias impressas do país sobre a luta por esse direito. No jornal Tribuna da Luta Operária de N° 210 encontramos uma matéria (Brasil exige legalidade do PCdoB) que demonstra os rumos e estratégias nos diversos estados da federação na busca pela legalidade política<sup>34</sup>.

Após a legalidadeo partido muda sua política e retira o apoio ao governo Sarney em 1987. Tal fato facilita ainda mais a aproximação escancarada aos demais partidos de esquerda, como vemos em Sales:

---

<sup>33</sup> SALES, Jean Rodrigues. *Entre o Fechamento e a Abertura: A Trajetória do PCdoB na Guerrilha do Araguaia a Nova República (1974-1985)*. P. 159.

<sup>34</sup> Brasil exige legalidade do PCdoB. Tribuna da Luta Operária. Ano VI – N° 210 – de 1° a 7 de abril de 1985, P. especial 3.

No início de 1987, abandonou o apoio crítico ao governo Sarney, passando à oposição. Em linhas gerais, o PC do B avaliava que o governo passara completamente para o campo conservador. No ano seguinte, realiza o seu VII Congresso, no qual reafirmou o seu deslocamento à esquerda na cena política nacional, o que se traduz na palavra de ordem Fora Sarney, Diretas 88!... “Ainda que continuasse criticando o PT, representante da “social-democracia que está a serviço do capitalismo”, afirmava que seria um “erro tático atacar o PT em bloco.”<sup>35</sup>

Como vemos acima, Sales traça um panorama onde o partido passa a indicar o sentido da retirada de seu apoio ao governo Sarney e a consequente guinada em direção à oposição ao governo. Nesse campo o partido passa a organizar de forma mais ativa o projeto de frente única democrática e organiza o processo de manifestações a favor das eleições diretas de 1988, quando desta vez o país finalmente conseguia aprovar a volta da atividade política e eleitoral plena em território nacional. Outra questão discutida acima por Sales e que vai ser muito importante para a nova política no país é a mudança de postura em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT). De certo ponto a mudança do PCdoB se dá em vias radicais, e o partido passa a avançar em relação a uma aliança para as eleições de 1989, Sales ainda enfatiza:

A mudança na orientação política do PC do B em meados dos anos 1980 teve desdobramentos importantes na política partidária nas décadas seguintes. Por exemplo, levou o PC do B a integrar a Frente Brasil Popular, coligação que apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em 1989. Aliança que se prolongaria nas eleições de 1994, 1998 e 2002, quando o candidato do PT foi eleito presidente. Ao mesmo tempo, no plano sindical, o partido abandonou definitivamente a CGT, integrando-se à CUT.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> SALES, Jean Rodrigues. *Entre o Fechamento e a Abertura: A Trajetória do PCdoB na Guerrilha do Araguaia a Nova República (1974-1985)*. P. 360.

<sup>36</sup> SALES, Jean Rodrigues. *Entre o Fechamento e a Abertura: A Trajetória do PCdoB na Guerrilha do Araguaia a Nova República (1974-1985)*. P. 360.

A mudança de postura do PCdoB em relação ao PT e principalmente em relação ao governo Sarney foi fundamental na construção da frente única das esquerdas democráticas. O partido muda totalmente sua postura em relação ao PT passando inclusive a funcionar com um dos principais aliados políticos. Nesse contexto, o país chega às eleições de 1989 com a opção de ter uma coligação com representação das forças de esquerda e a participação dos comunistas nesse frente.

Antônio Ozaí da Silva<sup>37</sup> enfatiza que o PCdoB defendeu a coligação pela eleição de Lula em 1989 afirmando que essa era a verdadeira força de união das esquerdas democráticas e que a Frente única tinha um objetivo progressista e de justiça social. É enfatizado que o partido não poupou críticas em relação à candidatura de Leonel Brizola<sup>38</sup> (PDT – Partido Democrático Trabalhista) e os demais candidatos, afirmando que esses quebravam a unidade das forças democráticas e estavam a favor das forças capitalistas para dividir o voto das esquerdas. Nesse contexto enfatizado por Silva compreendemos em que situação chegou às eleições de 1989, passando para o segundo turno Fernando Collor de Mello<sup>39</sup> (PRN – Partido de Reconstrução Nacional) e a coligação ao qual o PCdoB fazia parte apoiando Luís Inácio Lula da Silva (PT). O PCdoB logo tratou de diferenciar as duas chapas, propondo que “Lula” representava os anseios e lutas do povo e as forças democráticas e progressistas, já Collor, representava as forças capitalistas e reacionárias.

Com a derrota de “Lula” nas eleições de 1989 o PCdoB automaticamente declara sua oposição ao novo presidente, Fernando Collor.

### **1.3 - OS ANOS DE 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS: LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO E VITÓRIA DAS ESQUERDAS.**

---

<sup>37</sup> Silva, Antônio Ozaí Da. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987 – 1994): permanências e discontinuidades*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

<sup>38</sup> Político brasileiro que disputou as eleições de 1989 para presidente da república pela PDT.

<sup>39</sup> Presidente da República entre 1990 e 1992 quando sofreu um processo de Impeachment.

O início dos anos 1990 para o PCdoB é marcado pela forte oposição e denúncias contra o governo Fernando Collor. No 8º Congresso do PCdoB<sup>40</sup> é demonstrando a insatisfação do partido com o governo Collor e os caminhos tomados no Brasil, retificando assim sua posição de oposição:

Atualmente, adquire importância primordial a questão nacional. A defesa dos fundamentos da nação brasileira aviltada pelo governo Collor, com beneplácito da maioria conservadora do país, é uma grande tarefa do momento. No futuro imediato ocupará a cena política como centro das atenções de um número cada vez maior de patriotas. O imperialismo norte – americano prosseguirá realizando seus planos de destruição das fronteiras nacionais. Boa parte das classes dominantes continuará fazendo jogo de imperialismo. Os campos ir – se – ao definindo. É inevitável o crescimento da resistência antiimperialista com sentido renovador.<sup>41</sup>

Como vemos acima, o 8º Congresso do PCdoB conclui que o governo Collor estaria abrindo caminho para a livre ação dos imperialistas no Brasil. Para o PCdoB, o imperialismo não produziu nenhum benefício para a população, muito pelo contrário, o imperialismo agia somente em benefício dos grandes capitalistas e deveria ser um inimigo a ser vencido. De certo modo, o ataque ao governo Collor e ao imperialismo norte – americano pode ser compreendido não só pelo sentido de oposição do partido ao governo, como também no tocante da questão socialista, uma vez que o imperialismo era visto como uma representação do capitalismo selvagem, e para se chegar a uma sociedade comunista era necessário superar o capitalismo. Esse congresso do partido é decisivo para por em ordem os sentidos da política do mesmo no Brasil. O documento e informe político aprovado nesse congresso dão conta de que o governo Collor estaria agindo a mando dos setores de direita e do imperialismo norte americano, destruindo as riquezas do país e todos os ganhos sociais antes conquistados, dessa forma o partido avalia que somente o afastamento de Collor do poder poderia reverter a atual crise pela qual o país passava:

---

<sup>40</sup> *O Socialismo vive* – Documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil – João Amazonas, Rogério Lustosa, Luis Fernandes. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992.

<sup>41</sup> IDEM. P. 32.

O fracasso da política econômica - financeira de Collor, sua incapacidade administrativa, seus propósitos antinacionais, sua falta de base política – tudo isso provoca o aparecimento de repetidas crises de governo. Collor isola-se cada vez mais. A nação toma conhecimento de que o atual estado de coisas não pode continuar. O país encontra-se num impasse. E nesse impasse, ao que tudo indica, somente será rompido com o afastamento de Collor do cargo que ocupa. É por essa razão que começam a ecoar por toda a parte **slogans como Fora. Collor” – Basta de Collor! – Ou o Brasil, ou Collor!** O fato de ter sido eleito por votação direta para Presidência da República não lhe dá poderes de vender o patrimônio nacional e afundar o país na degradação econômica social e política. São tantos os desatinos e, mesmo, os crimes cometidos contra os interesses fundamentais da nação, que o seu afastamento do cargo torna-se uma necessidade. E essa necessidade vai ganhando a opinião pública.<sup>42</sup>

Como vimos, Collor é acusado por inúmeros malefícios ao Brasil e ao patrimônio nacional, acusado inclusive de crimes contra a República. Dessa forma, o PCdoB aproveita a oportunidade para deixa bem clara a sua posição de que não existe mais clima para a continuidade de Collor no governo da república, inflamando seus militantes a ingressarem em uma mobilização que busque pressionar Collor a renunciar aos seus poderes. E de fato, ocorrerá uma grande movimentação no país com grande participação dos movimentos estudantis, que reunirá não só as forças de esquerda como alguns setores da direita que se sentiram lesados pelo governo Collor, em busca da renúncia ao cargo de presidente. Ao longo do documento o partido clama e inflama a população brasileira a ir às ruas para forçar Collor a renunciar, num claro gesto a favor de manifestações e mobilizações populares contrárias ao governo.

O PCdoB se compromete no movimento que buscaria o “impeachment de Collor”<sup>43</sup>. O movimento que foi às ruas forçar a saída de Collor teve sucesso, e

---

<sup>42</sup> Em defesa da nação brasileira aviltada pelo governo Collor. IN: *O Socialismo vive* – Documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil – João Amazonas, Rogério Lustosa, Luis Fernandes. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, p. 90, 1992.

<sup>43</sup> A partir de 1992 Collor respondeu a inúmeros crimes contra o Estado, e tem marcado um julgamento de impeachment. Porém, antes do julgamento em 29 de dezembro de 1992 ele renúncia e deixa o cargo para o vice-

Collor renúncia ao poder. A partir daí as forças políticas no Brasil passaram a divergir sobre a sucessão presidencial. Alguns defendendo a imediata eleição direta, e outros, entre eles o PCdoB, defendiam a posse do vice-presidente Itamar Franco, como destaca Antônio Ozaí da Silva:

Ainda em 1992, o PCdoB se viu diante do desafio de responder às questões colocadas pela conjuntura nacional. Participe das forças políticas que lançaram o Fora Collor, divergiu da proposta de antecipar as eleições gerais. O PCdoB se somou à parcela majoritária da esquerda brasileira em defesa da posse do vice – presidente Itamar Franco. Coerente com essa postura, defendeu o apoio ao governo pós – Collor, sob justificativa de que este expressava a defesa dos interesses nacionais e se distinguia do entreguismo de Collor.

Desta forma, o governo Itamar Franco (vice-presidente de Fernando Collor, que assume o poder após a renúncia do presidente) não recebe uma oposição crítica por parte do PCdoB, a oposição fica guardada muito mais à questão do neoliberalismo, caso que se tornou recorrente no partido nos governos que se seguiram até Luís Inácio Lula da Silva chegar ao poder em 2003.

Passados os anos do governo Itamar Franco, o PCdoB se faria presente nas eleições presidenciais de 1994, defendendo novamente a formação de uma frente única dos grupos de esquerdas e democráticas, e formando a coligação que indicaria novamente o grupo de “Lula” (PT) para concorrer ao pleito. A campanha não teve o sucesso pretendido e a coligação perde ainda no primeiro turno para Fernando Henrique Cardoso<sup>44</sup> (PSDB), ou FHC. Muito do sucesso da campanha de FHC se deu devido ao seu trabalho como Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, conseguindo conter a inflação a partir do plano real, que a partir de uma nova política monetária estabilizou a caótica situação econômica.

Durante os dois governos FHC (1995 – 2002) o PCdoB assumiu um caráter extremamente crítico devido às políticas neoliberais e de privatizações do governo. Pegando como parâmetro as publicações na revista Princípios, o partido dedica um espaço considerável para as críticas ao governo no período entre 1995 e

---

presidente Itamar Franco para evitar todo o processo. Porém é condenado e tendo seu mandato e sua elegibilidade casados por oito anos.

<sup>44</sup> 34º Presidente da República, eleito em 1994, e reeleito em 1998.

2002, sempre com o teor crítico em relação à política neoliberal, a abertura do país para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e principalmente criminalizando as privatizações realizadas pelo governo FHC. A capa da edição de número 44 da revista vinha com o seguinte título “O Brasil à venda”<sup>45</sup>, fazendo referências às privatizações praticadas pelo governo. Essa edição trás uma matéria de Socorro Gomes (A privatização da Vale e o leilão dos impérios brasileiros)<sup>46</sup> que critica de forma veemente o processo de privatização da Vale do Rio Doce, desmentindo a partir de números a justificativa do governo de que a empresa dava prejuízos e afirmando que a Vale era extremamente eficiente e necessária para o Brasil.

O partido também dedica tempo à política neoliberal durante o governo FHC. O número 51 da revista Princípios (Sob o domínio do FMI)<sup>47</sup> denuncia os acordos com o FMI que estavam deixando o país endividado. No interior desta edição Luiz Marcos Gomes redige um artigo (Os homens de FHC – banqueiros e testas de ferro do imperialismo)<sup>48</sup> que denunciava as relações do governo com o FMI e o Banco Mundial, afirmando que o governo estava agindo em função dos interesses do neoliberalismo e do imperialismo norte americano, fazendo acordos com banqueiros e deixando de lado as questões sociais.

Nesse período, o PCdoB participada coligação que indicava novamente “Lula” para as eleições presidenciais em 1998. A coligação novamente não tem o sucesso esperado e FHC é reeleito para mais quatro anos de mandato. E dessa forma o PCdoB mantém a sua oposição ao governo FHC, não deixando de denunciar sempre à falta de resoluções sociais, as políticas neoliberais, as associações com banqueiros, a subordinação ao FMI e ao Banco Mundial, e as políticas de privatizações. Dentro da Revista princípios enxergamos uma continuidade das críticas no segundo governo FHC.

Passados os oito anos dos dois mandatos de FHC, o PCdoB esperava que finalmente a coligação de frente única chegasse ao objetivo de eleger Luís Inácio Lula da Silva como presidente, e dessa forma, pela quarta vez seguida apoiou

---

<sup>45</sup> *O Brasil esta à venda*. São Paulo: Revista Princípios, n° 44, fevereiro, março, abril de 1997.

<sup>46</sup> Gomes, Socorro. *A privatização da Vale e o leilão dos minérios brasileiros*. IN: *O Brasil esta à venda*. São Paulo: Revista Princípios, n° 44, fevereiro, março, abril de 1997.

<sup>47</sup> Sob o domínio do FMI. São Paulo: Revista Princípios, n° 51, novembro, dezembro de 1998, janeiro de 1998.

<sup>48</sup> Gomes, Luiz Marcos. *Os homens de FHC – banqueiros e testas de ferro do imperialismo*. IN: *Sob o domínio do FMI*. São Paulo: Revista Princípios, n° 51, novembro, dezembro de 1998, janeiro de 1998.

Lula e o PT nas eleições presidenciais em 2002. Desta vez, Fernando Henrique Cardoso não poderia participar como candidato, uma vez que no Brasil só é permitido se reeleger uma vez.

A corrida eleitoral para eleger o presidente do Brasil em 2002 coloca o PSDB novamente como principal concorrente das forças de esquerda, apostando em José Serra<sup>49</sup>. Novamente o PCdoB se une ao PT e a outros partidos em sua maioria de esquerda. Não tarda para o partido passar a defender a eleição de Lula, buscando sempre atrelar a imagem de Serra à FHC, afirmando que esse seria a continuidade do atraso e da crise brasileira.

A partir de 2001, quando se organizou o 10º Congresso do PCdoB<sup>50</sup> é feita uma grande defesa em torno de Lula. Embora no momento do congresso ainda não houvesse a oficialização de candidatos, o partido entra em defesa das forças de esquerda, afirmando que FHC iria procurar a continuidade de seu projeto neoliberal. É no 10º Congresso que o partido reafirma seu compromisso com o PT e os partidos de esquerda, e a necessidade de permanecer com a frente única das forças de esquerdas e democráticas formadas nas últimas três eleições, afirmando que o momento atual do país torna propício a vitória da oposição nas eleições de 2002:

Diante do impasse brasileiro, da crise e do descrédito popular no governo FHC, das suas derrotas no último pleito nos grandes municípios e do crescimento da contestação à política neoliberal, a oposição reúne condições históricas excepcionais para alcançar uma vitória nas eleições gerais de 2002.<sup>51</sup>

O PCdoB acreditava que o momento era propício devido ao fato de as forças de direita estar enfraquecidas com a crise econômica. No 10º congresso o partido defende a união das forças democráticas e progressista, buscando eleger um governo que incentive um programa alternativo ao neoliberalismo. A superação do sistema neoliberal e imperialista imposto no Brasil na última década

---

<sup>49</sup> Político brasileiro candidato à presidente em 2002 e 2010. Acumulou alguns cargos importantes como Ministro da Saúde entre 1998 e 2002.

<sup>50</sup> *Um novo rumo para o Brasil*: documentos do X Congresso do Partido Comunista do Brasil (realizado de 9 a 12 de dezembro de 2001 no Rio de Janeiro) / Renato Rabelo... [ET AL]. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

<sup>51</sup> Informe Político. Possibilidade de vitória em 2002. IN: *Um novo rumo para o Brasil*: documentos do X Congresso do Partido Comunista do Brasil (realizado de 9 a 12 de dezembro de 2001 no Rio de Janeiro) / Renato Rabelo... [ET AL]. São Paulo: Anita Garibaldi, p. 25 e 26, 2002.

deveria ser o principal inimigo a ser combatido, e para o PCdoB, construir um sistema alternativo ao neoliberalismo seria a primeira vitória contra o capitalismo:

Neste momento o Partido tem diante de si a tarefa fundamental, de dimensão histórica: conquistar o governo democrático de reconstrução nacional, abrindo passagem para um novo tempo para o nosso povo. A vitória dessa batalha imediata de grande porte abre passagem para ocupação de posições mais importantes, impondo-se adiante novos embates ainda maiores, tendo em vista a conquista dos objetivos estratégicos.<sup>52</sup>

Com a oficialização da candidatura de Lula e da coligação de frente única, o PCdoB se debruça na perspectiva de finalmente conquista a vitória para as forças de esquerda. Nessas eleições Lula consegue passar para o segundo turno junto com o candidato escolhido para substituir FHC, José Serra (PSDB). E finalmente as esquerdas políticas no Brasil conseguem chegar ao poder com a vitória de Lula em 2002. A chegada de Lula à presidência da República trouxe um grande clima de euforia para os movimentos de esquerda do país, e no PCdoB não foi diferente. O Partido funcionou como um dos principais aliados do governo Lula durante seus dois mandatos (2003 – 2010).

Ao elaborar a 9ª Conferência Nacional<sup>53</sup> o partido dedica grande parte de sua resolução política à vitória de Lula e na defesa de um governo democrático, progressista e popular, que tem por objetivo a superação dos problemas econômicos e sociais. Porém, o PCdoB atribui uma grande crítica ao governo Lula, e esta crítica segue durante os dois governos. O partido afirma que o governo viva uma dualidade perigosa, funcionando de forma democrática e buscando a justiça social, entretanto, não se preocupou em mudar a política macroeconômica pautada nos preceitos neoliberais e do FMI, dessa forma, o PCdoB bate forte na necessidade de um projeto econômico alternativo ao neoliberalismo e que busque a democracia, o progresso e a justiça social, pois o neoliberalismo seria contrário à justiça social e ao desenvolvimento nacional.

---

<sup>52</sup> Informe Político. Tarefa partidária fundamental. IN: Um novo rumo para o Brasil: documentos do X Congresso do Partido Comunista do Brasil (realizado de 9 a 12 de dezembro de 2001 no Rio de Janeiro) / Renato Rabelo... [ET AL]. São Paulo: Anita Garibaldi, p. 25 e 26, 2002.

<sup>53</sup> *Um novo tempo para o Partido. Buscar êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional – desenvolvimentista* (Resolução Política da 9ª Conferência nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), aprovada em 29 de junho de 2003 em Brasília.) / Renato Rabelo. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

Ainda na 9ª conferência o PCdoB reconhece que Lula recebeu uma herança muito ruim dos neoliberais e dos governos anteriores, que deixaram o Brasil em uma situação de crise e estagnação econômica, compreende assim que inicialmente o governo deve criar condições favoráveis para depois indicar com a mudança no plano econômico e a superação do neoliberalismo, ou seja, a função inicial deveria ser ganhar o apoio dos setores de mercado econômico internacional e depois implantar uma nova política econômica alternativa ao neoliberalismo, além disso, o país precisava superar a crise que estava atravessando devido à situação ruim que o governo FHC deixou o país.

Outra questão extremamente importante colocada em discussão na 9ª Conferência Nacional do PCdoB é o clima que se desenvolveu no Brasil a partir da vitória de Lula. O Partido avalia que um clima de euforia e expectativa tomou conta das forças de esquerda e de grande parte da população brasileiro, pois seria a primeira oportunidade que uma coligação e um governo assumidamente compromissados com a justiça social e de caráter progressistas, desenvolvimentista, de cunho nacional e democrático chegavam ao poder no Brasil. Mais do que isso, o Partido enfatiza que pela primeira vez os comunistas teriam a oportunidade de participação no governo do país, assumindo cargos e pastas e participando ativamente da montagem do governo e da base do governo. O PCdoB acreditava que o governo Lula seria o ideal para o Partido manter seu foco no projeto comunista, e continuar com sua estratégia de acumulação de experiência de governo e das realidades do Brasil a partir de um governo que esteja do lado do povo, mantendo assim a o que é definido como “defensiva estratégica”.

Chegando em 2005, o PCdoB organiza seu 11º Congresso Nacional<sup>54</sup> onde é feito uma análise mais conclusa acerca do governo Lula, uma vez que estava entrando no último ano de governo e em expectativas de reeleição. Dessa forma, no 11º Congresso o Partido defende o governo Lula mediante a crise política que se colocou diante do país nos anos de 2004 e 2005, afirmando que a crise era fruto das forças de direita e conservadoras, apoiadas pela grande mídia e por

---

<sup>54</sup>*Partido renovado, Brasil soberano, futuro socialista*. Resolução política, Estatuto e documentos do 11º Congresso do PCdoB (realizado de 20 a 23 de outubro de 2005, em Brasília/DF) / Renato Rabelo... [ET AL]. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

empresários antes favorecidos pelos governos anteriores, já de olho nas eleições de 2006 buscando passar a sensação de que os governos de esquerda não sabem governos. Dessa forma, o PCdoB afirma que o governo Lula estaria no caminho correto em busca da democracia, do progresso, do desenvolvimento e da justiça social, enfatizando sempre a contrariedade do Partido com a continuidade da política econômica do governo FHC e afirmando que a expectativa era de que as condições favoráveis estavam sendo criadas nesse primeiro mandato e no segundo mandato Lula colocaria em prática um novo plano econômico alternativo ao neoliberalismo. O Partido afirma que o governo Lula estaria criando condições de justiça social no país, com inúmeros projetos que contribuam a melhoria de vida da população, além disso, o Partido dá grande importância a mudança na política externa do Brasil a partir da assunção de Lula, afirmando que o país passou a assumir um papel de protagonismo na América Latina reorganizando o MERCOSUL e agindo contra a assinatura da ALCA, renegociando as dívidas externas, parceiros comerciais e organizando novas relações com países emergentes como México, Índia e África do Sul. O PCdoB elogia ainda a atuação do governo Lula na organização do bloco dos vinte países mais influentes na economia mundial, o G-20.

Durante o 11º Congresso Nacional o Partido enfatizou a atuação da bancada comunista do PCdoB na defesa do governo e na organização da política nacional, atribuindo papel fundamental a Aldo Rebelo<sup>55</sup> como líder do governo na Câmara conseguindo conquistar a maioria do governo na Câmara e garantir a governabilidade de Lula. O PCdoB acredita que essa participação de seus membros no governo Lula daria uma grande contribuição na conquista de experiência de governo e da máquina administrativa no Brasil para futuramente por em prática o projeto de um país socialista.

Já no 11º Congresso Nacional o PCdoB defende a reeleição de Lula, acreditando que o primeiro mandato foi para dar condições de governabilidade e o segundo mandato era para por em prática os projetos que levariam a alternativa prática ao neoliberalismo. Nessas condições, o Partido pede o apoio no governo

---

<sup>55</sup> Político brasileiro membro do PCdoB, atualmente é Ministro dos Esportes no primeiro governo Dilma Rousseff, e atuou como líder do governo na Câmara durante os dois governos Lula.

Lula e na reeleição, enfatizando a necessidade de manter a estratégia de Frente Única das forças de esquerda. O PCdoB então partido da reeleição de Lula em 2006, e da continuidade do projeto da coligação, elegendo Dilma Rousseff em 2010, participando ativamente nos dois governos.

## **2 – O PCDOB NO RIO DE JANEIRO: DA ABERTURA AO GOVERNO SARNEY.**

Neste capítulo pretende-se tratar a atuação do PCdoB antes e após o governo Sarney no Rio de Janeiro, constituindo assim dois importantes períodos na redemocratização do país. Dividimos assim em dois sub – capítulos, o primeiro que compreendendo as ações do Partido no Rio de Janeiro no governo Figueiredo, último governo de regime militar, buscando reconhecer lutas e bandeiras do partido durante esse período. No segundo, buscaremos compreender como o partido agiu após conseguir sua legalidade política, analisando alianças, políticas e avaliações a partir do estado do Rio de Janeiro.

### **2.1 – A ABERTURA POLÍTICA E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL.**

O período a ser tratado nesse capítulo constitui especificamente no contexto que o país vivia a partir da abertura política iniciada pelo regime militar e posta em prática a partir do último governo militar de João Batista Figueiredo. O período que tratamos aqui se estende até 1994, quando o país consegue superar a crise monetária a partir do plano real.

Muito se discute sobre a delimitação temporal do período de redemocratização. Sobre esse período, Gelson Rozentino de Almeida, enfatiza que as interpretações sobre o período de transição dão conta de três momentos distintos. O primeiro período iria de 1974 até 1982, quando os militares iniciam um processo de abertura e liberalização conservadora, com mudanças no jogo político e a permanência de ameaças veladas com o intuito de manter a ordem. O segundo período seria a partir de 1982, com a eleição de novos governadores e uma nova bancada no congresso nacional. Esse período seria de uma transição em

curso, com destaque para a frustrada campanha por eleições diretas para presidente. E o terceiro período começaria em 1988 com a assembleia constituinte e a nova constituição, e terminaria com as eleições presidenciais de 1989.

Almeida enfatiza ainda que a transição foi realizada pelos militares de forma gradual e segura, e que o regime só terminaria de fato em 1985 com a saída de Figueiredo do poder.

Visto esse recorte estabelecido por Gelson Rozentino de Almeida<sup>56</sup>, enfatizamos que estenderemos o período até 1994 por dois motivos. Primeiro para compreender como se deu o primeiro governo eleito democraticamente no Brasil após o regime militar. As relações do PCdoB com o governo e as interferências no Rio de Janeiro. Além disso, torna-se fundamental compreender a relação com o governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro que se estendem de 1991 até 1994. O segundo motivo para se estender o período de redemocratização no Brasil é o fato de o país passar por uma turbulenta fase no início dos anos 1990, que se tranquiliza com a implantação do plano real ainda na primeira metade da década.

## **2.2 - O PCDOB-RJ EM SUA ATUAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: A AÇÃO DO PARTIDO NO ESTADO NO INÍCIO DOS ANOS 1980.**

O início dos anos 1980, no Brasil, ficou marcado como um período de transformação e expectativa. Transformação no sentido de que finalmente o regime militar que esteve à frente do país entre 1964 e 1985 acenava para um encerramento e entrega do país para os civis. Expectativa quando surge a esperança de que o país finalmente iniciasse seu período de redemocratização. Porém, o país também vivia um momento de aflição e desconfiança, uma vez que não se sabia as reais intenções dos militares com a entrega dos poderes federais e a retirada dos mesmos do poder. Todo o processo se inicia na assunção do general João Batista Figueiredo como presidente da República em 1979, assumindo que

---

<sup>56</sup> Almeida, Gelson Rozentino de. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979 – 1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

iniciaria um mandato de transição e abertura política para finalmente entregar o país aos civis.

Esse momento de abertura política iniciado no governo de João Batista Figueiredo leva os Partidos e organizações políticas, antes atuantes na ilegalidade ou sobe grupos presentes dentro do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) na realidade de bipartidarismo existente durante o regime militar, a reorganizarem suas forças no sentido de reconquistarem suas legalidades políticas. Nesse sentido, as organizações de esquerda, principalmente os comunistas, tentam se recuperar do grande baque ocorrido durante duas décadas, quando sofreram perseguições e viram suas fileiras se esvaziando devido ao medo de represaria do regime e à imagem ao qual foram vinculados os comunistas, de terroristas e agitadores.

Embora o quadro nacional indicasse a expectativa de novos tempos, era necessário ter cautela, principalmente entre os comunistas, uma vez que o esforço empregado pelo regime durante anos não permitiria uma total aceitação da legalização de partidos comunistas. Nesse sentido, o PCdoB agiria em duas frentes no início dos anos 1980, a primeira era de buscar sua legalização, recuperando o prestígio junto à grande massa, aproximando-se do povo e dos trabalhadores. Em segundo lugar, o partido buscava se organizar e se movimentar no sentido de organização reivindicatória. Mesmo com a abertura política, existem indícios de que ainda havia forte repressão aos comunistas, inclusive com a observação do governo para evitar qualquer movimentação que estivesse caminhado para uma eventual revolução, ao qual eles procuraram evitar durante todo o período do regime.

Em um documento da polícia política da época existe uma enumeração de organizações subversivas no país, aonde é enfatizado que tais organizações não conseguiriam seu objetivo de tomar o poder, pois não conseguiam chegar as grandes massas por conta de sua onda de terror. Esse documento enquadra o PCdoB junto a organizações guerrilheiras e outras tantas alas comunistas dissidentes do PCB. O documento é datado de 31 de março de 1980 e demonstra que o PCdoB assim como outras organizações vinha sendo acompanhados de

perto pelo regime militar. O documento é da diretoria de informações da polícia política do DGIE SSP.

Alguns pontos explicitados no documento corroboram para a nossa tese de que mesmo em um momento de abertura política, o regime militar continuava a desempenhar um acompanhamento de perto sobre as organizações comunistas e de esquerda, ao que se vinco chamar de organizações subversivas, no sentido de que iriam contra a ordem imposta pelo regime. Desses pontos, destacamos o esforço para atribuir não apenas o sentido de subversivos, como de empregadores do terror no Brasil.

Toda essa situação de acompanhamento do PCdoB nos anos 1980 pelo regime militar pode ser seguida no Rio de Janeiro a partir dos documentos que demonstram preocupação com as reuniões e discussões que o partido imprimiu ao longo do período. E para embasarmos a afirmação que acabamos de fazer acima, iremos expor alguns documentos que se referem a essas reuniões e a preocupação do regime militar com a movimentação e ação do PCdoB.

A partir de reuniões e eventos com chamadas para o público e para a militância, o PCdoB buscou se reorganizar no Rio de Janeiro. Essas reuniões embora não tivessem um caráter de reunião partidária, uma vez que ainda não havia sido liberada a organização do PCdoB e suas ações eram na clandestinidade, enfatizavam palavras de ordem, com faixas identificadas ao PCdoB e a presença de líderes e militantes partidários, principalmente na função de palestrante. Esses eventos careciam da presença de um grande público, o que pode gerar duas interpretações, primeiro a de que o movimento comunista não estava em alta na sociedade fluminense devido o período de perseguição que sofreu durante o regime militar, nesse sentido, teríamos no Rio de Janeiro uma situação onde a população estaria contente com os rumos tomados no país, não sendo simpáticos a uma revolução comunista, ou ao menos a se abrir para ouvir as propostas. Em segundo lugar, podemos pensar que as perseguições aos comunistas geraram um desconforto e medo naqueles que eram simpáticos ao movimento comunista, nesse quadro, a própria divulgação desses eventos eram dedicadas a certo grau de seleção de ouvintes para evitar possíveis. Independente

da interpretação a ser tomada, deve-se assumir que o regime militar atingiu fortemente o movimento comunista, utilizando estratégias que conseguiram esvaziar o movimento, o PCdoB sentia esse baque no Rio de Janeiro. Nesse sentido, seria necessário para o Partido não apenas conquistar o seu espaço entre as grandes massas, como reconquistar a confiança no movimento comunista.

No que diz respeito às reuniões organizadas no Rio de Janeiro, o PCdoB buscava a partir destas, reorganizar o Partido e orientar seus militantes quanto às próximas ações tomadas e estratégias para lidar com a nova realidade de abertura política, além de compreender o atual contexto de um regime militar que ficou marcado pela perseguição aos comunistas e que estava em um processo de passagem de poder para os comunistas. Podemos ver abaixo, em um documento da época que trata sobre a existência de uma dessas reuniões no Rio de Janeiro, demonstrando que o regime ainda observava de perto todas as ações do PCdoB no Estado:

Realizou-se no dia 21.08, às 20:45hs. No auditório da U.S.U palestra do líder partidário do Partido Comunista do Brasil (P.C. do Brasil) Sr. José Duarte.

Compareceram aproximadamente 200 pessoas e observamos as seguintes faixas: “Por um governo democrático e de unidade popular” e “Por uma constituinte livre – Tribuna Operária”.

O Sr. José Duarte iniciou a palestra dizendo que pertencia ao P.C. do B., e que seguia a doutrina Marxista – Leninista, e que a preocupação do partido é o bem estar do povo. Que o partido foi fundado em 1922. Falou que seria muito importante se cada brasileiro ao invés de ter nas mãos um título de eleitor, tivesse um fuzil, pois assim defenderia os seus direitos com mais objetividade derrotando o capitalismo.<sup>57</sup>

O documento descrito acima é datado de 28 de agosto de 1980, e ao longo do mesmo permanece declarando que José Duarte em nome do PCdoB estaria

---

<sup>57</sup> APERJ. Comunismo 156. Palestra do líder do PCdoB. Trecho com reprodução na íntegra do documento original.

incitando a luta com armas no Brasil afirmando que uma revolução comunista só seria possível a partir das guerrilhas armadas e com a contribuição do trabalhador e do camponês. Afirma ainda que a derrocada do PCB se deu devido ao fato de não ter confiado na revolução a partir da luta armada.

Algumas questões interessantes devem ser atentadas nesse documento a respeito da atuação do Partido no período, tendo em mente que embora seja um período de transição no país e abertura política o Partido ainda sofria, embora em menor impacto, rejeição do regime e certa repressão. Desta maneira, é utilizada uma estratégia onde a partir de uma palestra universitária de um líder partidário se repassa suas ideias e chama os jovens para o incentivo às lutas armadas no Brasil para a superação do capitalismo. A questão da chamada para a luta, e o incentivo para os jovens pegarem em armas e lutarem pela revolução demonstra que embora estivesse em um momento totalmente desfavorável o PCdoB não havia perdido seu caráter revolucionário e guerrilheiro, defendendo a revolução radical a partir das armas. Essa “incitação” à luta armada para se chegar a revolução, seria sempre no sentido de rompimento com o sistema capitalista e a superação do regime militar. Muito se deve pensar se o partido estava realmente preparado para enfrentar uma luta armada e uma introdução revolucionária, porém não se deve deixar de registrar que essa questão foi recorrente desde a reorganização partidária em 1962.

Outra questão a ser colocada sobre essa documentação é a quantidade de ouvintes nessa palestra. Embora a ocorrência desse evento em um espaço universitário, que daria possibilidade para a presença de estudantes da mesma, impressiona a presença de 200 pessoas nessa palestra. Embora não possamos afirmar que todos os ouvintes sabiam que se tratava de uma palestra para divulgar estratégias e a organização do PCdoB, a existência de um líder partidário como palestrante e de faixas com dizeres que representam bandeiras defendidas pelo Partido demonstram que a existia uma grande incidência de militantes e simpatizantes dono evento. Sobre as faixas, podemos identificar nela as bandeiras que o Partido defenderia durante todo o processo de abertura política e a posterior democratização do país. Voltando para a questão dos ouvintes, a presença de 200 pessoas se torna um número impressionante se compara a outros

eventos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro pelo PCdoB, como o que vemos abaixo. O trecho conta também de uma investigação da polícia política em uma palestra debate organizada pelo PCdoB em 22 de setembro de 1982 no município de Nova Iguaçu (quando Belford Roxo ainda atendia por um distrito de Nova Iguaçu, atualmente é um município independente), na Baixada Fluminense:

Realizou-se no dia 22.08.82, com início às 15 horas, no escritório do militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB), NELSON NAHON, localizado na rua Rocha de Carvalho, N° 1175, sala 204 – Belford Roxo/NIG/RJ, uma Palestra – Debate com a presença de 12 (doze) pessoas.

Dentre os participantes, foram identificados: LUIZ FERNANDES, Jornalista da TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA (TLO); JOSÉ ÁUREO, distribuidor da TLO em Nova Iguaçu...

58

Mais à frente o documento enfatiza que a pauta do debate era justamente o movimento comunista no Brasil e no mundo, acusando a Rússia e a URSS de estarem abandonando o movimento socialista e caminhado para sistema capitalista.

À exemplo da palestra de José Duarte, a palestra citada no documento acima tem como principal fator a organização do PCdoB e recoloca a questão revolucionária em pauta, demonstrando que essa discussão no Partido era recorrente. A construção de debates e palestras de tal cunho demonstra não só que o PCdoB manteve suas atividades no Rio de Janeiro durante o período militar, mesmo estando na “ilegalidade”, o partido manteve seu projeto de formação de novos militantes e lideranças para formar uma base capaz de possibilitar um movimento comunista mais concreto. Outra questão interessante que deve ser enfatizada aqui é a quantidade de participantes no evento. Se na palestra de José Duarte estiverem presentes 200 ouvintes, na palestra realizada em Belford Roxo

---

<sup>58</sup> APERJ. Comunismo 159, página 320. Palestra Debate do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – Nova Iguaçu / RJ... Trecho com reprodução na íntegra do documento original.

foram apenas 12 pessoas, e tal diferença trágica pode ser explicado por dois motivos, o primeiro seria pelo fato de essa segunda palestra ser realizada em um ambiente não propício a receber um grande público, um escritório de um dos membros do Partido, ao contrário da palestra de José Duarte realizada em um auditório de uma universidade e abrindo possibilidades reais na presença de estudantes. E segundo, por um filtro do próprio partido e dos organizadores do evento no sentido de não dar espaço para a penetração de possíveis intrusos ou espões do governo. Há de se ressaltar ainda que esta palestra em Belfort Roxo tem um caráter mais fechado aos integrantes dos PCdoB, uma vez que observamos não apenas a cessão do espaço por um militante do Partido, como a presença de membros do jornal Tribuna da Luta Operária, que durante sua atividade esteve ligado diretamente ao PCdoB.

No início dos anos 1980 o PCdoB não restringia suas ações às reuniões e palestras para organizar e divulgar o movimento. No Rio de Janeiro o Partido tomou ações concretas e diretas, indicando as bandeiras defendidas e contra quem o Partido estava agindo. Nesse sentido podemos identificar a presença do PCdoB no Rio de Janeiro junto aos trabalhadores e sindicatos. Para exemplificar essa forma de atuação apresentaremos um documento datado de 29 de abril de 1981 onde se tem a notícia da retirada de bandeiras do PCdoB colocadas em área metalúrgica de Niterói, como se segue:

Ontem, as equipes deste Serviço de Operações – Interior, coadjuvado por funcionários da Cia. de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro / Niterói, recolheram 30 - (Trinta) bandeirolas manufaturadas em tecido de algodão na cor vermelha e branca, destacando-se - a foice e o martelo -elaboradas pelo Partido Comunista do Brasil – (PCdoB), contendo as seguintes legenda: 1º DE MAIO: VIVA O SOCIALISMO! – PCdoB. Foi solicitada a colaboração da ASI/CERJ/Niterói, em razão das mesmas se encontrarem colocadas, por meio de “landolas”, na rede de alta tensão.<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> APERJ. DGIE 279 – J. II) – RETIRADA DE BANDEIROLAS DO PCdoB NA AREA METALURGICA. Trecho com reprodução na íntegra do documento oficial.

A evidência dessa ação do PCdoB torna claro algumas questões interessantes que devemos por em discussão agora. O trecho acima além de torna público a existência de movimentação contrária ao regime por parte do PCdoB, alerta para o fato de que havia uma relação muito próxima entre o partido e os metalúrgicos no Rio de Janeiro, principalmente, os de Niterói. Não só a presença das bandeiras na região demonstra isso, como as frases nelas presentes, de incitação ao regime socialista. As bandeiras citadas do documento acima destacam em letras garrafais as palavras de ordem “1º DE MAIO: VIVA O SOCIALISMO!”, com o símbolo do PCdoB destacado ao centro (Anexo II), demonstrando total despreocupação em “mascarar” a participação da organização política naquele movimento contrário ao regime. Mesmo em um momento de abertura política, o regime militar mostrava-se preocupado com a volta da atuação do movimento comunista, visto que as ações do PCdoB são acompanhadas de perto.

Mesmo fora da legalidade política, o PCdoB expos seus símbolos e suas bandeiras, anexando inclusive veneração ao socialismo. Novamente é identificado o caráter revolucionário que o PCdoB continuou impondo no Rio de Janeiro, demonstrando utilizar métodos e estratégias para agir durante sua ilegalidade. O exemplo citado acima não foi o único caso de igual ação do PCdoB no Estado, e a cidade de Niterói representava um polo de movimentação do Partido. Embora tais protestos não tenham sido na capital do Estado, se concentraram em importante cidade, com relativa proximidade com a capital (após a criação da Ponte Rio – Niterói o tempo de viagem entre as duas cidade foi extremamente reduzido) e importância na política e economia fluminense. Verificamos outro documento que faz referencia a semelhante ação do PCdoB nesta cidade:

Ontem, a equipe deste SOI, patrulhando a área metalúrgica desta Cidade, recolheu em frente ao estaleiro EBIN, na AV do Contorno, nesta Cidade, a faixa contendo os seguintes dizeres: -

“1º DE MAIO – VIVA O SOCIALISMO – PCdoB”, e prospectos de propaganda da Unidade Sindical.<sup>60</sup>

A repetição da notificação sobre as ações do PCdoB em Niterói demonstra que o Partido se fazia atuante nessa região, e mais do que isso, as ações do Partido tinham espaço dentro da área. Os protestos organizados pelo PCdoB no Rio de Janeiro, com distribuição de panfletos e colocação de faixas e cartazes de protestos, embora não recebam uma conotação de movimento de massas populares, demonstram organicidade partidária presente no estado fluminense e a expectativa de estar se vinculando cada vez mais aos trabalhadores e do povo nesse processo de abertura política no Brasil.

Destacaremos agora um caso que embora pareça de menor impacto social é de importância fundamental para entender as lutas do Partido naquele momento. Foram os pedidos de investigação da morte de Carlos Danielli<sup>61</sup> ocorridos no Rio de Janeiro. O PCdoB aproveita a oportunidade de abertura política e intensifica a cobrança e os pedidos por explicação por parte do exercito sobre o que aconteceu com o seu ex-membro e posterior identificação dos culpados diretos pela morte do mesmo. Ao verificarmos as cobranças sobre a morte de Danielli que identificamos que a partir desse caso o Partido passa a se organizar na luta pelas investigações e punições pelos crimes cometidos pelo regime militar. Em um dos documentos encontrados, datado de 11 de abril de 1981 e assinado no Rio de Janeiro pelo Comitê Regional do PCdoB-RJ (APERJ – DGIE), faz-se referência a Carlos Danielli como tendo sido um importante membro e dirigente do partido e responsável por importantes lutas e bandeiras pelo comunismo. Ao fim afirma que o mesmo foi morto pelo regime militar e pede pela investigação de todos os crimes cometidos pelo mesmo regime, para que não haja outros casos como o de Danielli.

Não temos a intenção de afirmar que o caso Carlos Danielli fez o PCdoB lutar pelas investigações dos crimes cometidos pelo regime militar. Porém, embora tenha se passado uma década após a morte desse ex-militante, e

---

<sup>60</sup> APERJ. DGIE 279 – J. 10) – Assuntos Diversos: - DISTRIBUIÇÃO DE PANFLETOS ALUSIVOS AO 1º DE MAIO. Trecho com reprodução na íntegra do documento oficial.

<sup>61</sup>Ex - membro do Comitê Central do PCdoB, operário em São Gonçalo – RJ. Morto após ser preso pelo exercito brasileiro em 1972.

aproveitando a oportunidade de abertura política, o Partido utiliza o caso ocorrido com um de seus militantes para cobrar justiça não só por ele como por todos os casos ocorridos no regime. Faz-se necessário lembra aqui que a ocorrência dos protestos por justiça no caso Carlos Danielli ocorrem quando da chegada dos restos mortais do mesmo ao Rio de Janeiro, uma vez que o corpo ficou preso em São Paulo desde a morte de Danielli. Em um documento datado de 15 de abril de 1981 é feita a ocorrência da cerimônia de traslado de São Paulo para o Rio de Janeiro dos despojos de Danielli, e nessa cerimônia houve outras manifestações reivindicando as investigações de mortos:

Cerca de cinquenta pessoas acompanharam o cortejo conduzindo faixas com os dizeres: “ONDE ESTÃO OS NOSSOS MORTOS E DESAPARECIDOS NA GUERRILHA DO ARAGUIAIA° - CBA – RJ” e “O COMPANHEIRO DANIELLI ESTÁ PRESENTE – TRIBUNA OPERÁRIA”.

Os restos mortais do ex - metalúrgico foram sepultados envoltos na bandeira vermelha do Partido Comunista do Brasil, que foi mostrada aos presentes que murmuravam um coro: viva ao PCdoB, A luta continua... (Anexo VIII) <sup>62</sup>

Observamos no documento acima que o cortejo de Danielli no Rio de Janeiro acaba se tornando mais do que um sepultamento dos restos, torna-se um ato de protesto do PCdoB que além de cobrar as investigações sobre a morte de Carlos Danielli, cobra ainda pelos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. A briga pela anistia dos envolvidos e investigação pelos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia foi uma luta que o PCdoB travou desde o fim da guerrilha no início dos anos 1970, e intensificou a cobrança com a abertura política. Essa manifestação ocorrida dia 11 de abril com os despojos de Carlos Nicolai Danielli teve divulgação entre os operários, como vemos em outro documento do Serviço de Operações do Estado, informando sobre a manifestação e o ato, e convidando os trabalhadores a participarem, tal ato foi realizado no

---

<sup>62</sup> APERJ. DGIE 279 – J. MANIFESTAÇÃO DO PCdoB EM HOMENAGEM A NICOLAU DANIELLI. Trecho com reprodução na íntegra do documento oficial.

Sindicato dos Têxteis, em Niterói (DGIE – Resenha Diária – nº 31 – 981 – Serviço de Operações Interno).

Não nos surpreende o fato que a divulgação ter ocorrido em um sindicato em Niterói, tal cidade se apresentou parte da estratégia do PCdoB de luta na abertura política, tanto no que tange a aproximação com os trabalhadores, quanto na questão de manifestações, como vimos nesse mesmo capítulo.

O PCdoB demonstrou ainda presença com integrantes no Movimento dos Amigos do Bairro de Nova Iguaçu (MAB), que embora localizado no município demonstrasse presença no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na Baixada Fluminense, com forte influência de partidos comunistas e revolucionários. Começando em Nova Iguaçu, o MAB influenciou criação de novos segmentos em Duque de Caxias, São João de Meriti e em outras cidades fluminenses, constituindo um importante movimento social da época. E dentro desse movimento, o regime identifica integrante do PCdoB, afirmando que esses tentava levar os ideais comunistas para dentro das reivindicações. (Relatório de Serviço nº31 – 42 do DGIE de 26 de abril de 1982). Essa participação do PCdoB em tal movimento demonstra que o partido buscou participação social não somente em municípios centrais com Rio de Janeiro e Niterói, como buscou estender-se à Baixada Fluminense e a extensão do Estado fluminense, nos anos finais do regime militar.

Embora não tenha recebido grande participação popular em suas lutas no Rio de Janeiro no fim do período militar, muito embora se deva repensar a participação popular a partir das restrições e investigações do governo com os elementos ligados ao comunismo, o Partido se mostrou atuante e participante no estado.

### **2.3 - O PCDOB LEGALIZADO: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E AÇÕES PARTIDÁRIAS NO RIO DE JANEIRO APÓS O ACESSO AOS DIREITOS ELEITORAIS: 1988 – 1994.**

Passados os anos de abertura política e de transição com a entrega do poder federal aos civis, e continuidade do processo de redemocratização que

geraria uma nova constituição federal, a Constituição de 1988 e futuramente com eleições diretas para todas as instancias de poderes administrativos públicos no país, iniciou-se dentro dos Partidos políticos a intensificação pela legalização dos mesmos, e o PCdoB se encaixava nesse quadro. Com o “grande atraso” sofrido pelos comunistas devido às perseguições impostas pelo regime militar durante duas décadas, seriam necessárias estratégias eficazes nessa nova realidade brasileira para o PCdoB reconquistar não só sua influência junto à grande massa, angariar novos militantes às suas fileiras e recolher apoio na legalização do Partido.

Quando no período de redemocratização o PCdoB busca o caminho para atingir à sua legalidade política e tornar possível a legibilidade de sua representação o Rio de Janeiro ganha papel fundamental na luta e acessibilidade do partido aos direitos eleitorais e políticos. Com a recuperação do pluripartidarismo no país o partido começa a ingressar em uma luta no sentido de conseguir angariar representações regionais nos diversos Estados da federação para garantir o efetivo necessário nesse processo. E é nesse sentido que a seção regional do PCdoB no Rio de Janeiro ganha destaque, como vemos abaixo em uma reportagem de Jornal Tribuna da Luta Operária datada de 1988 e intitulada “Os cariocas na frente”:

O Rio de Janeiro cumpriu o seu papel político de garantir o registro definitivo do Partido Comunista do Brasil. Com a campanha de filiação o Estado ganhou mais de 9 mil filiados. A estratégia utilizada pelo diretório regional foi a de garantir o cumprimento das exigências impostas pela legislação arbitrária enraizando-o ali onde é mais necessário sua implantação. Segundo Henrique Gama, membro do diretório regional, o grande ganho dessa campanha foi levar ao povo suas propostas de luta e com isso constatando a grande receptividade e respeito popular pelo PCdoB. Do objetivo inicial de completar 18 diretórios no Estado, o partido acabou fechando 21 zonas eleitorais, sendo 3 na capital e o restante espalhados pelo

Estado. Na Baixada completaram Nova Iguaçu e São João de Meriti, e no interior do Estado, Itaguaí, Parti, Três Rios, Paraíba do Sul, Cachoeiras de Macacu, Mendes, Cantagalo, Miracema, São Sebastião do Alto, Duas Barras, Resende, Rio Bonito, Trajano de Moraes, Cordeiro, Santa Madalena, Engenheiro Paulo Frontin. Na Zona Rural a cidade de Paracambi. Na capital, a oitavo zona, Jacarezinho (onde se localiza a maior favela do Rio de Janeiro), a 13º zona, Jacarepaguá (a maior zona eleitoral do Brasil) e a 22º zona, Leopoldina (região de grande influência popular do PCdoB).<sup>63</sup>

A partir da reportagem citada acima, podemos observar que a regional do PCdoB no Rio de Janeiro recebe elogiáveis reconhecimentos pelo seu trabalho junto à grande massa, conseguindo filiar 9 mil pessoas no Partido e contribuindo de forma direta no projeto de legalização. O fundamental trabalho do diretório regional do PCdoB no Rio de Janeiro se dá não somente na filiação de novos componentes às fileiras do Partido, como na aproximação junto às grandes massas, uma vez que se abriram zonas eleitorais em diversas regiões do Estado. A reportagem cita algumas zonas eleitorais que chamam a atenção, como a Baixada Fluminense<sup>64</sup>, mais precisamente em Nova Iguaçu, Itaguaí e São João de Meriti, onde existe uma grande concentração populacional. Na cidade do Rio de Janeiro a estratégia de se aproximar de regiões com grande concentração populacional se segue, inclusive com o Partido abrindo uma zona eleitoral em uma favela no Jacarezinho e em Jacarepaguá que na época era a maior zona eleitoral do país. Logo, temos um quadro onde o diretório buscou apoio justamente junto à população de maior carência no objetivo de enraizar o seu discurso comunista dentro das regiões mais abastardas do Rio de Janeiro. Tal estratégia parece ter dado certo, uma vez que o Rio de Janeiro deu um salto quantitativo interessante

---

<sup>63</sup> Jornal Tribuna da Luta Operária. Sônia Regina. Os cariocas na frente. Ano IX – Nº 344 – de 18 a 24 de janeiro de 1988.

<sup>64</sup> Região que se encontra no “Grande do Rio de Janeiro”, ou Região Metropolitana do Rio de Janeiro, antiga Baixada da Guanabara. Existe muita discussão sobre a sua real delimitação, havendo enquadramentos por questões socioeconômicos, e por questões geográficas. Dos municípios citados como integrantes da região: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo, Queimados, Magé, Seropédica, Itaguaí, Japeri e Guapimirim.

em relação aos associados de outros Estados. Outro dado interessante a se investigar na reportagem são a quantidade e diversificação de regiões ao qual o partido montou suas zonas, estendendo sua influência por grande parte do mapa do Rio de Janeiro.

Todas as estratégias e números alcançados pelo diretório regional parecem ser bem mais significativos quando comparados com os números de outros Estados de destaque nessa luta pela legalidade do PCdoB. Em uma reportagem – entrevista com Dyneas Aguiar<sup>65</sup>, na época ocupando o cargo de segundo secretário – geral do PCdoB, retirada do mesmo jornal podemos encontrar dados que tornam ainda mais expressivos os resultados apresentados pelo diretório regional do Rio de Janeiro. A reportagem apresenta um quadro de filiação representam 60 mil pessoas e Dyneas concebe importância fundamental ao Rio de Janeiro com 9 mil filiados, tendo o Ceará conseguido 7400, Goiás 5 mil e o Estado do Maranhão chegaram à marca dos 4 mil associados segundo Dyneas Aguiar.

A partir dos números passados acima podemos compreender com mais razão o êxito conseguido pelo diretório regional do Rio de Janeiro no sentido de garantir novas filiações. Embora, o segundo colocado no nesse quadro, Ceará, esteja em números mais próximos, o terceiro e quatro colocados, Goiás e Maranhão, apresentam números bem abaixo representando uma escala bem aproximada de metade de afiliados, no caso do Maranhão o Estado do Rio de Janeiro apresentam um número de afiliados acima do dobro deste. Infelizmente a reportagem carece de números sobre a campanha de filiação em São Paulo, importante polo político do PCdoB.

Comprendemos dessa forma que o diretório do Rio de Janeiro no esforço para o partido conquistar sua legalidade política a partir de uma campanha sólida e significativa conseguiu êxitos fundamentais para a conquista da legalidade pelo PCdoB e sua campanha de aproximação junto ao povo e aos trabalhadores. Tal êxito só seria possível a partir da existência de um diretório regional com

---

<sup>65</sup> Entrevista com Dyneas Aguiar. Jornal Tribuna da Luta Operária. PCdoB na etapa final de seu registro (reportagem de capa). Ano IX – N° 344 – de 18 a 24 de janeiro de 1988.

lideranças importantes para o quadro nacional, o que engrandece e destaca a presença e influência desse diretório no quadro do PCdoB.

Com a conquista da legalidade política o PCdoB passa a se preocupar com as próximas eleições diretas no país e sua atuação. Já vimos à atuação do partido no sentido de instruir suas fileiras de militantes nas eleições presidenciais de 1989 no capítulo anterior desta monografia (Ver nas páginas 25 e 26). Vejamos agora alguns dados interessantes da atuação do Partido a partir do diretório regional do PCdoB no Rio de Janeiro no sentido de garantir a conquista objetivos estratégicos nas eleições que se seguiam em 1990 e que serviriam para eleger governadores, senadores e deputados federais.

A importância dessas eleições para o Rio de Janeiro e para o PCdoB se dão no sentido que é a partir dessas eleições que se poderia gerar um quadro acerca da preferência política da população após o período de regime militar com a posterior abertura política e o atual quadro em que vivia o país, de recuperação do sentido democrático de uma eleição direta. Nesse contexto, o PCdoB – RJ apresenta algumas considerações interessantes sobre os caminhos que devem se seguidos e adota estratégias e metodologias para fortalecer o Partido e os movimentos de esquerda. Para ilustrar os pontos defendidos e as orientações passadas, vejamos um documento que o diretório regional do PCdoB no Rio de Janeiro assina na intenção de transmitir aos partidos de esquerda que formaram a coligação nas eleições presidenciais de 1989 uma mensagem para garantir que nas eleições estaduais do Rio de Janeiro às forças de esquerda permaneçam unidas para conquistarem objetivos conjuntos. Tal documento foi feito em forma de conclamação e se intitulou: “No Rio, o povo exige: Esquerda unida nas Eleições de 90”:<sup>66</sup>

O PCdoB – RJ se dirige ao PDT, PT, PSB, PV, PCB e progressistas de outras legendas, às lideranças atuantes nas entidades populares e democráticas e ao povo fluminense para

---

<sup>66</sup> PCdoB – RJ. Conclamação. No Rio, o povo exige: “Esquerda unida nas Eleições de 90”. Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil – RJ. Abril de 1990.

fazer uma conclamação e mesmo um apelo em defesa de nossa união – único caminho para obtermos êxito no próximo pleito.<sup>67</sup>

Como vemos acima, o Partido passa a defender que as forças progressistas, ao qual ele considera que são aqueles com viés popular e democrático mantenham-se unidos para garantir a vitória no Rio de Janeiro. O PCdoB deixa claro que deseja estender a união de forças de esquerdas iniciadas nas eleições presidenciais de 1989. A continuidade desse mesmo documento enfatiza que embora tenha ocorrido a derrota no pleito no anterior, as forças de esquerda e progressista devem se sentir realizadas no sentido de terem conseguido se unir logo tão cedo se iniciou o advento da volta das eleições diretas. É justamente na defesa dessa união e continuidade da coligação de 1989 para as eleições de 1990 no Rio de Janeiro que o diretório regional do partido procura se pautar nesse documento. O mesmo documento da conta de críticas do PCdoB a política de privatizações do governo Collor, enfatizando o caso da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), corre risco de ser privatizada ou extinta, junto com outras empresas nacionais, comprometendo a funcionalidade econômica do município e mesmo do estado do Rio de Janeiro<sup>68</sup>.

O PCdoB, a partir desse documento, busca direcionar dois segmentos nas eleições estaduais de 1989 no Rio de Janeiro, o primeiro seria aquele identificado com as políticas do governo Collor e que estariam caminhado para a falência e aumento da crise no Estado do Rio de Janeiro, e o segundo seria um caminho contrário em uma coligação entre as forças de esquerda e progressistas, que segundo o PCdoB teria o objetivo de garantir os direitos do Estado. O Partido deixa claro que as forças de apoio ao governo Collor também estariam se unindo, tendo o apoio de parte da imprensa:

No Rio de Janeiro, negocia um candidato ao governo, a partir do Frentão, que reúne PFL, PMDB, PDS, PTB, PTR, PRN e outros – vale dizer: unir Moreira, os Medinas, Colagrossi, Amaral Neto e companhia, e por trás o esquema Globo, de Roberto Marinho.

---

<sup>67</sup> IDEM.

<sup>68</sup> IBIDEM

Tudo Faz para dividir as esquerdas, impedir a possível vitória esmagadora de um candidato, o que transformaria nosso Estado como fortaleza da oposição popular e democrática a Collor.<sup>69</sup>

O trecho acima relata a possível aliança das forças de direita citada pelo PCdoB no Rio de Janeiro, tal aliança estaria baseada em um “projeto” de uma rede de televisão, ao qual o Partido enfatiza o nome da mesma, Rede Globo. A explicação seria a de que a partir da ferramenta televisiva as forças conservadoras e de direita instruíam o povo a votar contra as esquerdas, destinando um caráter de incompetência administrativa e desmistificando a aliança formada pelas esquerdas nas eleições federais de 1989 e que para o PCdoB deveriam caminhar juntas nessas eleições estaduais no Rio de Janeiro. É a partir daí que o PCdoB compreende que a união das forças de esquerda e progressista tornaria a vitória possível no Rio de Janeiro, indo mais além e considerando que uma vitória das esquerdas políticas nesse Estado tornaria possível a formação de um movimento de oposição ao governo Collor.

Certo da vitória em caso de coligação única entre os partidos que, segundo o PCdoB, estariam comprometidos com o povo, o documento enfatiza que caso a união nas eleições de 1989 houvesse ocorrida toda no primeiro turno a vitória seria certa. Além disso, o Partido pauta sua comprovação de força dos movimentos de esquerda no Rio de Janeiro a partir do resultado no Estado no pleito de 1989:

É reconhecida a justeza e importância da unidade dos partidos populares durante a belíssima campanha em torno de Lula, que no 2º Turno obteve 70% da votação dos eleitores fluminenses, resultado esse em que o PDT e Brizola deram contribuição decisiva.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> IBIDEM.

<sup>70</sup> IBIDEM.

A confirmação de que 70% dos eleitores fluminense confiaram seus votos nos partidos populares e de esquerda nas eleições presidenciais de 1989 é um combustível para embasar a crença de vitória e sucesso nas eleições no Rio de Janeiro em 1990. O partido acredita que o sucesso conseguido pela coligação um ano antes quando tinha por objetivo eleger Lula para presidente se confirmaria com as forças populares conquistando ampla maioria da população no Rio de Janeiro caso se unissem e lançassem uma candidatura única. Embora pautado pelos números e pelo sucesso no Estado nas eleições anteriores, o partido acaba não avaliando o carisma de Lula e as especificidades de uma eleição presidencial. Porém, o Partido já aborda com uma possível indicação que seria de Leonel Brizola, ao qual iria se confirmar. Porém, não houve a desejada candidatura única dos partidos populares no Rio de Janeiro, uma vez que o PT optou por lançar a candidatura de Jorge Bittar para governador, abrindo a possibilidade de dois candidatos populares e a divisão dos votos de tal segmento político da sociedade.

Frente ao lançamento de duas candidaturas populares no Rio de Janeiro, o PCdoB – RJ, permaneceu com o seu apoio voltado para a candidatura de Leonel Brizola (PDT - Partido Democrático Trabalhista). E Embora tenha ocorrida a divisão das forças de esquerda, a vitória viria a se confirmar para as forças populares citadas pelo PCdoB, com vitória esmagadora de Leonel Brizola para governador do Rio de Janeiro, confirmando não apenas o carisma e estratégia política do candidato, como também, a afirmação do diretório regional do PCdoB de que a vitória seria com ampla maioria no Estado. Ainda que tenham sido lançadas duas candidaturas populares, criando a possibilidade de divisão de votos, a resposta positiva nas urnas abria um caminho para o PCdoB trabalhar junto às grandes massas no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, o PDT de Leonel Brizola conseguiu considerável sucesso com os candidatos para deputados federais e estaduais, confirmando ainda mais a proximidade do eleitor carioca com as forças de esquerda.

A eleição estadual de 1990 no Rio de Janeiro reservou ainda outra importante vitória para o PCdoB, com a conquista de Jandira Feghali para uma vaga de Deputado Federal. A representação partidária no Estado do Rio de Janeiro estava garantida, abrindo possibilidades de crescimento eleitoral e um

trabalho mais próximo ao grande público. A vitória de Jandira para a deputada federal pelo Rio de Janeiro confirma uma sequência de vitórias do PCdoB no Estado, iniciada com o sucesso na campanha pela legalidade política do Partido e que estava passando pela vitória das forças de esquerda defendida pelo mesmo e pela vitória da dita deputada.

## **2.4 – O CARATER POPULAR DE LEONEL BRIZOLA NO RIO DE JANEIRO.**

Antes de explicar o como se deu a relação entre Leonel Brizola e o PCdoB, faremos uma análise sobre a figura desse político. Uma vez que o PCdoB defende Brizola como um político popular, carismático e democrático, é necessário entender o que se passava pelo projeto político do mesmo em relação ao Rio de Janeiro.

A respeito da chegada de Leonel Brizola ao Rio de Janeiro, Marieta de Moraes ressalta que a mudança para a Guanabara em 1964 representou uma estratégia política de aproximação junto à grande massa na região sudeste. Para a autora, Brizola compreendia que mesmo após perder o posto de capital para Brasília, o Rio de Janeiro permanecia como um centro político importante para se ganhar notoriedade. Nesse sentido, Brizola tinha a expectativa de partir do Rio de Janeiro para conquistar maior carisma do público nacional. Moraes relata ainda que Brizola permaneceu no Rio de Janeiro mesmo após o episódio da fusão entre a Guanabara (Antigo Distrito Federal e que compreende atualmente a cidade do Rio de Janeiro) e o Estado do Rio de Janeiro, acreditando que mesmo mediante a uma crise vivida na região, era a partir dali que se dava seu plano de conquista de popularidade nacional.

Esse relato de Marieta Moraes<sup>71</sup> ganha não se faz único na historiografia. De fato, a mudança de registro eleitoral de Brizola do Rio Grande do Norte para o Rio de Janeiro foi uma jogada estratégia para conquistar espaço junto ao eleitorado do Sudeste, uma vez que já havia formado seu carisma no Sul.

---

<sup>71</sup>Ferreira, Marieta de Moraes. *Do Rio Grande do Sul à Guanabara*. IN: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro / Organizadora Marieta de Moraes Ferreira ... [et al.].* - Rio de Janeiro: Alcrj, CPDOC/FGV, 2008.

A respeito dessa estratégia, Marly Motta<sup>72</sup> enfatiza que Brizola utilizou o Rio de Janeiro como plataforma eleitoral de lançamento para a sua campanha presidencial, governando o Estado sempre centrado no público nacional. Para a autora, os governos de Brizola, tanto o iniciado em 1982, quanto o iniciado em 1991, tinham como característica o foco na esfera federal. De 1991 à 1994, Brizola central na oposição ao governo Fernando Collor.

A respeito do primeiro mandato de governo de Brizola em 1982, quando se iniciou seu projeto de transformar o Rio em uma plataforma política com vistas para o poder federal, Carlos Eduardo Sarmiento<sup>73</sup> relata que é a partir da campanha eleitoral estadual em 1982 que Brizola começa a estabelecer seu enorme carisma e aceitação junto à população fluminense. O autor enfatiza que Brizola focou em uma campanha carismática e emocional para construir sua imagem junto ao povo fluminense, que permaneceu durante toda a década de 1980 e seguiu durante a década de 1990.

A figura de Brizola como político carismático e popular no Rio de Janeiro fica assim associada a um projeto de governo onde o foco maior era a chegada à presidência da República.

## **2.5 – A RELAÇÃO ENTRE O PCDOB E O GOVERNO LEONEL BRIZOLA: A LUTA CONTRA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL E SEUS EFEITOS NO RIO DE JANEIRO.**

Com a eleição de Leonel Brizola em 1991, o PCdoB assume um apoio crítico que condiz basicamente em apoiar Brizola por ser democrático e popular, porém, defender também suas bandeiras mediante a inconvenientes que o governo venha a cometer. Sobretudo o partido acredita que o trabalho do novo governo será árduo, uma vez que o Rio de Janeiro encontrava-se em uma profunda crise e estagnado economicamente. As maiores críticas em relação à

---

<sup>72</sup> Motta, Marly. *O projeto político: A presidência da República*. IN: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro* / Organizadora Marieta de MoraesFerreira ... [et al.]. - Rio de Janeiro: Alcrj, CPDOC/FGV, 2008.

<sup>73</sup> Sarmiento, Carlos Eduardo. *Entre o carisma e a rotina: As eleições de 1982 e o primeiro governo*. Ferreira, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro* / Organizadora Marieta de MoraesFerreira ... [et al.]. - Rio de Janeiro: Alcrj, CPDOC/FGV, 2008.

crise vivida pelo Estado são dadas ao governo Collor devido às políticas de privatizações e a esvaziamento econômico na região.

Uma questão discutida pelo Partido de forma veemente foi à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) alocada em Volta Redonda e responsável por grande movimentação no município e no Estado. Segundo o partido, a privatização da mesma traria uma situação grave de calamidade econômica na região, e também no Brasil, uma vez que é defendido que sem a existência da CSN dificilmente o país teria chegado ao atual estágio industrial. Vejamos abaixo um dos trechos de um documento assinado por Edmilson Valentim, deputado federal e importante liderança de PCdoB, em 1991:

A política do Governo Collor pretende, simplesmente, atender aos interesses do capital estrangeiro, vendendo a preço de banana a mais importante indústria siderúrgica do país.<sup>74</sup>

A crítica às ações privatizadores do governo Collor, e que estavam atingindo ao Rio de Janeiro não atingem, em momento algum a administração estadual. Aqui observamos a luta do diretório regional do PCdoB – RJ contra a política de privatizações desenvolvidas pelo governo Collor, além disso, observamos a importância que o partido concebe à CSN, reconhecida acima como principal siderúrgica nacional. E o PCdoB assume um discurso reafirmando inúmeras vezes a importância da CSN para a economia e a política industrial do país, ressaltando que a sua privatização, ao contrário do que o governo afirmava, levaria a grande prejuízos não só para o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Volta Redonda como para todo o território nacional. Além disso, existia toda uma economia criada ao redor de Volta Redonda e que dependia da existência da CSN ali, e a privatização colocava em risco não só vários acordos unilaterais, como o emprego da maior parte da população local que sobrevivia ao redor desse setor siderúrgico:

---

<sup>74</sup> Valentim, Edmilson. Defender a CSN é defender a soberania nacional: Não à Privatização. Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil – Rio de Janeiro.

Esta é a principal consequência desse plano, entreguista e desnacionalizante, para o povo brasileiro. Além disso, para os trabalhadores da CSN, para a população de Volta Redonda e da região Sul – Fluminense trará desemprego direto e agravamento da recessão gerada pelo próprio plano econômico do governo. Os primeiros efeitos desta situação já foram sentidos com o humilhante parcelamento dos salários do mês de março, que atingiu a várias outras estatais.<sup>75</sup>

Nesse sentido, o PCdoB avalia que a privatização da CSN levaria um efeito devastador para os trabalhadores e para toda a região, englobando primeiramente o município de Volta Redonda que é diretamente afetado e estendendo os prejuízos para os demais municípios ao redor que de forma direta ou indiretamente acabavam participando desse processo industrial e dessa economia desenvolvida a partir da instalação da CSN em Volta Redonda. Há de se notar que o PCdoB entra na defesa dos trabalhadores locais, preocupando-se principalmente com a onda de desemprego que estaria sendo gerada:

O fim da CSN significaria a saída de mais de 100 mil moradores só de Volta Redonda e o fechamento de inúmeras pequenas e médias empresas.<sup>76</sup>

O tratamento sobre a situação da CSN era muito mais do que uma simples defesa do Estado do Rio de Janeiro, da economia nacional e dos trabalhadores que dependiam daquele ciclo industrial. Era o reflexo no Rio de Janeiro da posição tomada pelo Partido em âmbito nacional, de oposição total ao governo Collor e duras críticas a política de privatizações. Era uma estratégia para qualificar tal política como um instrumento capitalista prejudicial à grande parte da população. Compreendia dessa forma, que tais políticas haviam esvaziado a economia fluminense e seriam responsáveis diretas pela crise que o Estado estava vivendo no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Toda essa situação de crise é muito enfatizada no informe político da 6ª Conferência Regional do PCdoB - RJ<sup>77</sup> quando o partido faz um balanço acerca

---

<sup>75</sup> IDEM.

<sup>76</sup> IBIDEM.

da atual situação do Estado, afirmando que a crise econômica era também fruto da violência vivida no Estado devido aos grupos de extermínio, além disso, o Partido fundamenta que a crise era econômica, política, cultural, social e atingia aos ramos mais amplos da sociedade fluminense, dificultando inclusive a inserção do PCdoB em determinadas áreas. O PCdoB faz um balanço extremamente negativo do quadro, econômico, político, social e cultural no Rio de Janeiro, assumindo inclusive diversos erros em relação ao tratamento do diretório regional com as classes trabalhadoras e os sindicatos no Estado, afirmando que não estavam ocorrendo formações de lideranças.

Frente a esse clima de crise, o PCdoB utiliza a sua 6ª Conferência Regional no Rio de Janeiro para afirmar que as forças do governo Collor, além de serem responsáveis diretos pela crise vivida no Estado, estariam incentivando o favorecimento do capital privado com a imposição das privatizações no Estado, e ao mesmo tempo estava trazendo instabilidade econômica e esvaziamento. Em um caminho inverso, a população fluminense estaria reconhecendo os males das políticas de direita e conservadoras, indicando acentuado crescimento do PDT e das forças de esquerdas e populares no Estado a partir de meados dos anos 1980. Tal quadro colocava o PCdoB em bom estado de ação, podendo trabalhar melhor seu projeto popular, e futuramente comunista, uma vez que a própria população do Estado indicava uma aproximação com as forças de esquerda ao qual estava participando.

Como já vimos neste capítulo, a força do PDT se confirma nas eleições estaduais de 1990 no Rio de Janeiro, se colocando como constante força política elegendando um grande número de deputados estaduais e federais no Estado, elegendando Leonel Brizola com ampla maioria dos votos ainda no primeiro turno. Confirmando a força das esquerdas no Rio de Janeiro, Jorge Bittar (PT) ficaria em segundo lugar nesse mesmo pleito para governador. O cenário eleitoral no Rio de Janeiro era muito favorável ao desenvolvimento do trabalho estratégico de se aproximar das massas para o PCdoB.

---

<sup>77</sup> Partido Comunista do Brasil. *O tempo não para, o socialismo vive!* (Informe Político da 6ª Conferência Regional do Partido Comunista do Brasil – Diretório Regional do Rio de Janeiro, aprovado na reunião do Comitê Regional de 21 e 22 de setembro de 1991) Rio de Janeiro, 1991.

Esse crescimento nas forças populares no Rio de Janeiro poderia levar a supor um crescimento futuro do PCdoB no Estado, visto que o partido havia conseguido eleger dois deputados federais do Rio de Janeiro nas últimas eleições, Jandira Feghali em 1990 e Edmilson Valentin em 1986. Esses dois políticos participando ativamente da política nacional e estadual, junto ao eminente crescimento dos partidos que haviam formado a frente única pela eleição de Lula em 1989, bem trabalhados e partindo de uma boa estratégia partidária poderiam levar a um crescimento eleitoral e político fundamental para o Partido. Deve, porém, levar em consideração que o movimento comunista estava sofrendo uma grande baixa no Brasil e no mundo, com a crise do socialismo real e a grande perseguição e desmistificação do ideal comunista que havia ocorrido durante décadas no Brasil, principalmente no período do regime militar. Esses fatos de cunho interno e externo enfraqueceram a força que o PCdoB poderia ter conseguido junto às classes populares, minimizando a real magnitude de influência que um partido comunista poderia encontrar em condições mais favoráveis. Era parte da realidade partidária a elaboração de estratégias no objetivo de recuperar seu campo de influência e alavancar maior sucesso junto às grandes massas aumentando seu campo de atuação. Isso se pensamos em um projeto comunista para o Brasil, partindo do Rio de Janeiro, polo onde o partido estava reconhecendo uma grande parcela da população tendo uma preferência por políticos populares e que tenham ligação com políticas de cunho esquerdista e progressista.

Sobre a relação do PCdoB com o governo Brizola no Rio de Janeiro, não é uma surpresa o fato de haver uma postura de respeito e aproximação entre os dois. Mais do que isso, embora não assuma qualquer compromisso com o governo Brizola, o PCdoB assume que tomaria uma postura de apoio crítico em relação ao governo. Ou seja, o Partido como participante dos grupos de esquerdas e progressistas que elegeram Brizola estaria apoiando o governo frente aos ataques da direita, e por outro lado estaria comprometido a não deixar de criticar o governo no sentido de alertar contra possíveis erros e compromissos futuros que venham a ser contra o povo. O apoio crítico ao governo Brizola seria uma forma de o PCdoB manter uma política independente. E essa relação entre o PCdoB e

Brizola e o PDT é permanente durante os quatro anos de mandato, e para justificar o seu apoio a um governo não comunista e sem um compromisso real com o rompimento o Partido utiliza a justificativa de que o governo Brizola era um governo popular:

...Com a eleição para Presidente da República, em 1989, e para governador em 1990, Brizola chega ao patamar de 70% de preferência do eleitorado, consolidando sua força política e eleitoral no Rio de Janeiro.<sup>78</sup>

No que se refere às críticas feitas sobre o governo Brizola, o PCdoB critica veementemente a política de aproximação com Fernando Collor, atribuindo ao PDT uma mudança substância de postura, uma vez que sempre pregou sua oposição aos partidos de direita e aquelas que causam a estagnação e o atraso econômico e social. O fato de Brizola estar se aproximando do governo Collor deixa os movimentos de esquerdas extremamente descontentes, uma vez que a eleição do mesmo seria no sentido de ir contra toda a política adotada pelo grupo de Collor. O PCdoB ao mesmo tempo em que tece duras críticas a essa aproximação, compreende que seja uma estratégia de Brizola para buscar junto ao governo federal investimentos e melhorias para o Estado do Rio de Janeiro. A situação grave de crise do Estado necessitaria de acordos com o governo federal no sentido de garantir a atividade econômica e a governabilidade. Sobre essa relação entre o governo Brizola e Fernando Collor, o PCdoB afirma que:

“Assim, sua política deliberada é não fazer oposição frontal ao governo Collor, estabelecendo uma aliança tática de mútua cooperação administrativa e política com o governo Federal, em que cada parte tem seus interesses próprios.

O governador reconhece os grande problemas econômicos – sociais, a situação de falência das finanças públicas do Estado. Brizola precisa rolar uma dívida imensa, obter verbas federais, atrair investimentos para conseguir a governabilidade tão

---

<sup>78</sup> IDEM

ambicionada. Ao invés de usar a legitimidade de 70% dos votos obtidos no 1º turno, para obrigar o governo federal a não discriminar o Rio de Janeiro, o governador escolheu o caminho da colaboração política para evitar as retaliações que de fato tem vitimado os repetidos governos do Rio de Janeiro, que tiveram caráter de oposição ao governo central.”<sup>79</sup>

O PCdoB, ao mesmo tempo em que compreende o caráter da aproximação ao governo federal no sentido de sustentar a economia do Estado e os projetos de investimentos futuros, acredita que Brizola teria outras formas de forçar o governo federal à voltar seus olhos para o Rio de Janeiro, e ainda assim manter um certo distanciamento. Como vemos acima, acredita-se que Collor não poderia negar ajuda ao Rio de Janeiro, ainda que Brizola se mantivesse como oposição, pelo fato de o governador ter sido eleito com grande maioria dos votos. Essa afirmação do PCdoB pode ser explicada a partir de um viés político eleitoral, partindo do pressuposto que uma discriminação de Fernando Collor ao Rio de Janeiro traria prejuízos em futuras eleições, uma vez que Brizola tinha respaldo da grande maioria da população fluminense.

Se por um lado observamos a compreensão do PCdoB em relação a nova relação entre Brizola e Collor, importante ressaltar que nesse contexto compreensão não quer dizer aceitação. Por outro lado, fica clara a insatisfação do PCdoB com a aproximação de um governo que o partido apoiou a eleição e permaneceu com o seu apoio, com um governo federal que age totalmente contra todas as bandeiras defendidas pelo PCdoB e pelo comunismo. Era necessário dar uma resposta as suas fileiras obre a dualidade latente que o Partido estava vivendo. A justificativa de que o governo Brizola era de caráter democrático e popular, e comprometido com as esquerdas políticas estava cada vez mais insuficiente a cada passo que Brizola dava em direção à Collor.

No meio dessa encruzilhada sobre o PCdoB passava por duas situações. A primeira seria onde o Partido rompia com o PDT e o governo Brizola na justificativa de que estes abandonaram o projeto inicial, e dessa forma continua

---

<sup>79</sup> IBIDEM

focado em seu projeto comunista sem comprometer apoio a um governo que estava estendendo alianças com os conservadores e neoliberais. Nessa opção o PCdoB garantiria uma rápida resposta aos seus militantes, porém, correria o risco de perder apelo e alcance popular, uma vez que Brizola era uma figura popular e carismática. Na segunda situação, o Partido permaneceria com a sua opção de apoio crítico ao governo Brizola, criando justificativas para a dualidade vivida e permanecendo de a sua estratégia de se aproximar das massas populares e manter uma relação de proximidade entre os partidos de esquerdas e populares. Nessa segunda opção, corria-se o risco de Brizola aproximar-se cada vez mais dos conservadores, deixando o PCdoB em uma situação insustentável para um partido comunista. E diante dessa situação o Partido opta por manter a estratégia de chegar ao objetivo de conseguir se aproximar das grandes massas.

Naquele momento de dualidade, o PCdoB fez uma análise diferente de quando enfrentou um problema parecido quando retirou seu apoio ao governo presidencial de Sarney no final da década de 1980. O momento da retirada de apoio à Sarney foi bastante providencial ao PCdoB, uma vez que Sarney não tinha tanto apoio popular e carisma aquela altura do campeonato. A retirada de apoio ao governo Brizola teria um sentido contrário, uma vez que o governador ainda detinha grande alcance popular, e poderia revelar grandes problemas aos objetivos finais do PCdoB, uma vez que ainda com o apoio ao governo Collor, Brizola era uma figura extremamente carismática e popular, além de evidenciar um erro de estratégia do partido ao apoiar Brizola quando poderia apoiar o PT e Jorge Bittar no pleito estadual em 1990, continuando com a aliança iniciada com o PT em 1989 agora em âmbito regional. Dessa forma, todas as explicações do PCdoB em torno de seu apoio crítico ao PDT e ao governo Brizola é aqui entendido como uma tentativa de permanecer ligado a um governo popular não somente no estado como no país e no sentido de evitar possíveis críticas a um possível erro estratégico do partido nas eleições anteriores.

Mesmo mantendo o apoio crítico ao governo Brizola, o PCdoB faz questão de se colocar contra a aproximação ao governo neoliberal de Fernando Collor, afirmando sua total oposição ao governo Collor:

Esse posicionamento equivocado de Brizola não se coaduna com a posição do PCdoB, que não se propõe a dar oxigênio ao projeto neo – liberal do governo Collor. Sustentar, de qualquer forma, o governo Collor é prolongar a crise, o sofrimento do povo, a violência crescente as ameaças à soberania nacional.<sup>80</sup>

Não bastava o PCdoB declarar que dentro de seu apoio crítico ao governo Brizola, a questão de aproximação com Fernando Collor era algo que o Partido não concordava, fez-se necessário uma posição crítica em relação a essa postura de Brizola, e explicação pública sobre a sua real interpretação sobre os caminhos políticos que estavam sendo tomados. De forma veemente, o PCdoB acaba afirmando que Brizola caminhava para uma aliança em que nada tinha de proveitoso para o Estado do Rio de Janeiro, principalmente pensando a partir da população mais carente. A partir de seu discurso, o PCdoB deixava claro que não compactuava com a tal aproximação, e enfatizava que as políticas neoliberais eram prejudiciais à população fluminense e brasileira. Fazendo jus à sua postura de apoio crítico, o Partido alerta o governador sobre os riscos que estava correndo ao caminhar em direção a uma aliança com representantes do neoliberalismo no Brasil:

A política de Brizola é contraditória e por isso manifesta dubiedade. Ao mesmo tempo que tece elogios a Collor, em Brasília a bancada do PDT no geral vota contra o governo. Resta saber até quando e onde a aliança resistirá e quem aos olhos do povo levará mais vantagem: Brizola ou Collor?<sup>81</sup>

Mesmo com o forte alerta sobre os rumos que o governo Brizola estava tomando ao se aproximar do governo federal, o PCdoB acredita como vimos acima, que a relação entre Brizola e Collor é somente uma questão de interesses, porém, Brizola e o PDT não se aproximam ideologicamente com o projeto de

---

<sup>80</sup> IBIDEM.

<sup>81</sup> IBIDEM.

Collor e as políticas neoliberais. É justamente a partir das decisões da bancada do PDT tanto no Rio de Janeiro quanto à nível federal que o PCdoB fundamenta sua tese. Essa relação dual que Brizola e PDT adotam é tratada insistentemente no sentido de defender o apoio do PCdoB aos mesmos:

Diante da evolução dos acontecimentos, mesmo considerando equivocada a aliança tática de Brizola com Collor, verificamos que esta não se caracteriza por uma adesão ao governo federal, pois não existem elementos suficientes que caracterizem esta aliança estratégica, pois por exemplo, o PDT no momento, apresenta um projeto que visa suspender o processo de privatização da Usiminas e lidera o movimento da frente nacionalista no Congresso. Levando-se ainda em consideração que seu governo está no início e que não tem se contraposto aos interesses maiores do estado e da população (ao contrário, mantém grande prestígio) não se justifica a retirada do nosso apoio e o rompimento com Brizola e seu governo.<sup>82</sup>

Embora ratifique que o PDT esteja em uma frente nacionalista contra o neoliberalismo e que confia na postura que levou Leonel Brizola ao governo do Rio de Janeiro, o PCdoB mesmo reafirmando seu apoio ao governo estadual e a falta de necessidade de rompimento faz ponderações sobre uma possível mudança de postura:

Entretanto, a evolução dos acontecimentos nos impõe uma reflexão tática, um ajuste no sentido de cada vez mais acentuarmos nossa independência política em relação ao Brizola no que diz respeito a nossa posição diante do governo Collor, mantendo uma postura crítica quando em cada caso concreto,

---

<sup>82</sup> IBIDEM.

Brizola, em função de sua relação com o Palácio do Planalto, contrariar os interesses do Estado e da população.<sup>83</sup>

A defesa de que estaria em uma independência política, e seu apoio crítico significava um apoio às forças populares foi a principal justificativa dada pelo PCdoB nessa encruzilhada entre apoiar o governo Brizola que vivia uma dualidade onde ao mesmo tempo em que se notabilizava como popular se aproximava de forças neoliberais. O caminho que Brizola escolheu de proporcionar sua governabilidade e os investimentos para o Estado, e que acabam por receber duras críticas do PCdoB, embora crie um clima de dualidade para seu governo, propicia investimentos que talvez não tivesse espaço caso não houvesse a colaboração do governo federal. O próprio PCdoB assume que Brizola teria dificuldades em atrair investimentos estatais e privados sem uma cooperação do governo federal, porém, compreende que não era necessário se aliar politicamente aos neoliberais para conseguir tais investimentos. Obras como a construção da Linha Vermelha, o projeto de despoluir a Baía de Guanabara, e a construção de escola que seriam as grandes patentes de Brizola na educação (os CIEPS – Centros Integrados de Educação Pública), de forma direta e indireta foram frutos de um trabalho de cooperação entre o governo estadual e o governo federal no período Brizola, e só foram possíveis devido à governabilidade conquistada.

Essa situação do PCdoB com o governo Brizola se estendeu durante os quatro anos de mandato, e o apoio crítico de fato não foi rompido, de forma que no advento da 7ª Conferência Regional do PCdoB-RJ, realizada em março de 1994, confirmaram-se algumas questões interessantes sobre a continuidade do apoio ao PDT no Rio de Janeiro, o balanço final sobre o governo e o que o PCdoB havia conseguido avançar em relação aos seus objetivos no Rio de Janeiro. Há de se ressaltar aqui que ao fim dos quatro anos de mandato de Brizola o Estado do Rio de Janeiro permanecia em um momento de crise e esvaziamento econômico grave. O PCdoB propôs uma ligação direta entre o crescimento da violência e da criminalidade no estado com as políticas neoliberais e o projeto de privatização desenvolvido pelo governo Fernando Collor:

---

<sup>83</sup> IBIDEM.

Como consequência desta análise, podemos perceber que, aqui no Rio de Janeiro, há uma relação direta entre o aumento da violência e a implantação do projeto neoliberal que, mesmo com resistências, vem se efetivando. Após a experiência de quase quatro anos de implantação desse projeto no país e no Estado, já podemos perceber um de seus resultados. A explosão da crise social, fator impulsionador da generalização da violência.<sup>84</sup>

Não é de causar surpresa o fato de o PCdoB conceder culpa a todos os males da sociedade fluminense aos projetos neoliberais e capitalistas. Compreendemos aqui que não era uma questão de poupar críticas ao governo Brizola, uma vez que o Partido faz duras críticas em relação a inúmeras questões durante os quatro anos de mandato de Brizola. A questão que leva a organização do Partido a relacionar todos os males à política neoliberal e ao governo Collor é justamente o fato de tal projeto ser uma maximização da sociedade capitalista, e para o PCdoB o objetivo final de seu projeto seria uma sociedade comunistas, sendo necessário superar todos os projetos capitalistas. Ou seja, o neoliberalismo deveria ser o principal inimigo a ser combatido para que o Estado voltasse a crescer e prosperar econômica e socialmente. Como partido comunista o PCdoB busca evidenciar a sua crítica ao capitalismo e não transparecer uma aliança com um governo não socialista com uma aceitação de outro sistema, segundo o partido a aliança com outros partidos políticos deveria ser entendida como uma estratégia de crescimento eleitoral e uma forma de ficar mais acessível às grandes massas em um momento extremamente conturbado para a política nacional e principalmente para os partidos comunistas no mundo.

A importância da 7<sup>o</sup> conferência fica evidente quando o partido consegue analisar por total o governo Brizola. Sobre os caminhos e o desenvolvimento da relação entre PCdoB e PDT no Rio de Janeiro são feitas ressalvas sobre as

---

<sup>84</sup> Partido Comunista do Brasil. Documento para debate (Informe Político da 7<sup>o</sup> Conferência Regional do Partido Comunista do Brasil – Diretório Regional do Rio de Janeiro, aprovado na reunião do Comitê Regional de março de 1994) Rio de Janeiro, 1994.

possibilidades que serão abertas nas próximas eleições estaduais. Embora de forma contida, não são poucas as críticas relacionadas ao governo Brizola, principalmente devido a sua aliança com elementos neoliberais do governo. Porém, é sempre repassado que a atual situação do estado é fruto de políticas anteriores:

...o Partido avalia que Brizola perdeu prestígio nacional e regional pela aliança feita com Collor. Recuperando-se um pouco nos olhos da população quando defendeu o presidencialismo com posições mais à esquerda. Tem sido forte aliado na luta contra a revisão constitucional, ainda que tenha limitações. No entanto, seu governo, passados três anos, ainda não conseguiu enfrentar os graves problemas da população fluminense. Em vários setores críticos, como saúde e segurança, agravou-se a situação. Pouco se fez contra o esvaziamento econômico. A relação com a sociedade e os movimentos populares, embora não tenha sido fechada, também não se desenvolveu, vide o recente episódio envolvendo o SEPE. Manteve-se o arrocho salarial no funcionalismo público. Não se tem uma política cultural.<sup>85</sup>

Vemos então, que se concedem inúmeras críticas ao governo Brizola, concedendo inclusive uma perda de prestígio popular ao governador, tanto no âmbito regional quanto no estadual. Questões como a crise e o esvaziamento econômico, a crise na saúde e na segurança pública, o péssimo tratamento do governo aos funcionários públicos, e a não abertura de amplos canais de diálogos com a sociedade e os movimentos sociais e populares são frutos de críticas veementes por parte do PCdoB ao governo Brizola. E é a partir dessas críticas que podemos entender o sentido do apoio crítico com independência política que o Partido defendeu ao qual deveria ser a sua postura frente ao governo Brizola. Apoio no sentido de defender um governo e administração popular, e crítica no

---

<sup>85</sup> IDEM.

sentido de obter uma independência política, ou seja, o apoio ao governo Brizola não deveria fazer o partido fechar os olhos para os problemas e erros que venham e viessem a serem executados durante o mandato. Essa relação, embora tenha uma conotação de dualidade, justamente pela questão de ser um partido comunista e defensor de uma ruptura total e se aliar a uma administração que embora seja popular havia firmado relações próximas com os neoliberais, permitiu ao PCdoB ganhar espaço e popularidade no Rio de Janeiro. O risco que se corre é enorme, porque uma vez que o governo apoiado não condiz com aquilo que foi tratado em campanha, o partido caminha no sentido contrário, o caminho da rejeição popular.

Essas relações entre os partidos populares no Rio de Janeiro tão defendido pelo PCdoB estavam passando por um momento de crise, não só pelos problemas enfrentados durante o governo Brizola, como pelo afastamento entre PDT e PT desde as eleições estaduais de 1991 quando cada partido lançou uma coligação e candidatura. O partido afirma que embora o Rio de Janeiro seja um Estado onde culturalmente e historicamente se tem aceitação dos movimentos populares e progressistas, é necessário repensar e reavaliar estratégias para tornar o movimento mais forte e não enfrentar crises geradas pelas direitas políticas. Sobretudo o partido defende uma reavaliação das lutas e movimentos sociais, como no momento das privatizações no Estado e da questão da CSN, quando o PT é acusado de ter abandonado o movimento de defesa nacionalista e contra as privatizações no Estado. Toda essa situação política faz o partido reorganizar e demonstra preocupação quanto às próximas alianças traçadas, uma vez que defini as alianças como uma necessidade para o crescimento do partido no Estado.

O PDT, segundo o PCdoB-RJ, vinha perdendo espaço nos movimentos sociais, devido à política desenvolvida no governo Brizola, com uma evidente perda de prestígio eleitoral. Por outro lado, PT e PMDB estariam ganhando terreno, justamente ocupando espaço perdido pelo PDT nos últimos quatro anos. Dessa forma, o PCdoB-RJ estaria trabalhando com uma nova realidade nas próximas eleições no Estado, buscando permanecer com os partidos ligados as grandes massas e aos movimentos populares e progressistas.

Quanto ao crescimento partidário, é afirmado pelo PCdoB nessa<sup>7º</sup> conferência regional, que embora tenha tido ligação com o governo Brizola que

havia perdido prestígio popular não houve perda de prestígio para o PCdoB, uma vez que o partido sempre se postou em linhas populares e nas defesas contra as privatizações, o neoliberalismo e a favor do nacionalismo. O diretório regional do Rio de Janeiro afirma que o movimento popular no Rio de Janeiro segue muito forte, e que o surgimento de novas forças partidárias no Estado, como o PT, só demonstram o quanto o eleitorado fluminense é extremamente próximo aos partidos populares e progressistas. O diretório regional ainda afirma que o PCdoB teve um caminho de defesa do Estado diante da crise que está enfrentando, perpassando por todas as regiões, e o maior número de municípios possíveis. Porém é feita uma ressalva de que não estariam sendo construídas novas lideranças partidárias no Estado, existia um crescimento no número de militantes, mas não é necessário tão somente formar militantes, a formação de lideranças partidárias e regionais estavam atrasadas. Dessa forma, em sua 7ª conferência regional do Rio de Janeiro, o PCdoB afirma que é necessário traçar novas estratégias para a formação de novas lideranças no Estado, esse surgimento de novas lideranças levaria a um novo patamar de aproximação com as massas, devido ao fato de haver a possibilidade de lançar novos políticos com possibilidades de ganhar forças em eleições para vereadores e deputados. O partido enfatiza ainda que o mandato de Jandira Feghali como deputada federal no Rio de Janeiro e agindo em prol do estado e do país em uma bancada popular, e sempre denunciando as privatizações elegeu um crescimento interessante do partido no Estado.

Levando em consideração essa falha na formação de novas lideranças no estado do Rio de Janeiro, o PCdoB começa a traçar as candidaturas próprias para as próximas eleições estaduais:

Inicialmente nosso objetivo era reeleger Jandira Feghali deputada federal e também recuperamos nosso lugar na Assembleia Legislativa. Com a decisão da direção nacional de deslocar Lindbergh Farias para o Rio de Janeiro, a direção regional propõe o lançamento dos dois camaradas (Jandira e Lindbergh) para mandatos federais e os nomes de Edmilson

Valentim, Dilcéia Nahon e Mauro Brandão, um desses, para mandato estadual. A eleição de um deputado estadual é difícil em função do seu caráter mais localizado, o que favorece o voto de “curral”, numa situação parecida com o voto distrital, mas o problema maior é a eleição de dois federais.<sup>86</sup>

A falha que o partido julgava ter cometido na formação de novas lideranças no Estado afeta diretamente o crescimento eleitoral, uma vez que impede que o PCdoB tenha maior sucesso eleitoral nos próximos pleitos. A defesa evidente na reeleição de Jandira Feghali para Deputada Federal pelo Rio de Janeiro já era uma questão lógica, devido ao sucesso e aos créditos conquistados pela mesma junto ao partido a nível regional e nacional. Agora, na questão do deslocamento de Lindbergh Farias, político paraibano do PCdoB a nível nacional com grande influência entre os estudantes devido ao fato de ter sido líder do Movimento Estudantil e uma das lideranças estudantis do movimento que ficou conhecido como Fora Collor!<sup>87</sup>, o próprio diretório nacional do partido quando no reconhecimento da falta de uma nova figura capaz de angariar eleitores para o crescimento do partido propôs essa movimentação na intenção de aproveitar os eleitores fluminenses que em outras eleições foram favoráveis aos partidos e coligações formadas com propostas populares e progressistas. Dessa forma, o deslocamento de Lindbergh Farias para o Rio de Janeiro tinha uma ambição de crescimento logrando um caráter popular ao mesmo, e devido ao alcance que Lindbergh havia conquistado junto à classe estudantil e popular. O deslocamento de Lindbergh para o Rio de Janeiro evidencia a falta de novas lideranças populares do PCdoB no Estado. E embora a proposta de eleger dois deputados federais pelo Rio de Janeiro significasse uma duplicação em relação ao último pleito quando teve somente Jandira eleita, comparado a outros partidos como PDT, PT e PMDB era um número muito baixo para o Estado. O partido, porém, reconhecia que o progresso seria enorme devido ao fato de estar elegendando uma

---

<sup>86</sup> IBIDEM.

<sup>87</sup> Movimento popular que tinha por proposta pressionar Fernando Collor de Melo a entregar o cargo de Presidente da República e ser investigado pelas acusações de crimes cometidos contra o Estado Nacional. Presença marcante de partidos de esquerda política e de movimentos populares e estudantis.

nova figura de destaque no Estado e poder confirmar a popularidade de Jandira, confirmando assim o crescimento do partido e a real resposta dos eleitores e militantes às políticas desenvolvidas pelo PCdoB nessa recente redemocratização no país.

Por outro lado, o partido buscava testar a sua popularidade e o sucesso de suas estratégias buscando um espaço na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro lançando uma candidatura única, entre as propostas havia o nome de Edmilson Valentim, que já havia conseguido se eleger pelo partido no Estado, como deputado federal.

Visto que o partido fazia uma análise positiva sobre seu crescimento político e eleitoral, o PCdoB ainda logra certo crescimento no Estado na questão dos movimentos sindicais e dos trabalhadores. Uma vez que o PCdoB vinha durante anos defendendo seu caráter sindical e buscando aproximação maior com as classes de trabalhadores, o partido não fez diferente no Rio de Janeiro, participando inclusive de movimentos importantes a nível nacional, e buscando a força regional, revisando as relação com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) ao qual o partido foi contrário a suas formulações durante anos e reforçando a CSC (Corrente Sindical Classista). Dessa forma, o partido entende que sua relação com os movimentos sindicais no Rio de Janeiro no início dos anos 1990 foi forte e suficientemente capaz de proporcionar um crescimento do partido junto às massas.

A Corrente Sindical Classista aumenta sua força regional a partir do CECET/RJ, onde participamos com 10% do congresso e marcamos nossa estreia na CUT. Elegemos a vice-presidência e mais três diretores. Temos tido bastante influência nas deliberações da Central. A realização do importante Encontro Estadual em 10/06/93 e a participação de 24 delegados do Rio no Encontro Nacional em Salvador/BA (dez/93), são exemplo mais recentes do crescimento da CSC no Rio de Janeiro. Temos presença em alguns sindicatos importantes onde destacamos os Metalúrgicos: nossa grande inserção no setor Naval, onde

dirigimos as mais importantes comissões de fábrica, possibilitou a vitória da chapa 1 na qual elegemos quase metade da diretoria. Após a eleição ampliamos nossa influência para outros setores como a microeletrônica. Vale ressaltar que temos no Rio de Janeiro a maior presença do PCdoB a nível nacional num sindicato de concentração operária. Temos a hegemonia no Sindicato da Alimentação em São Gonçalo...<sup>88</sup>

É importante ressaltar que ao longo dessa constatação o PCdoB vai relatando inúmeras vitórias em comissões, chapas e diretorias de sindicatos no Rio de Janeiro. Essa luta, porém, já havia se iniciado muito antes da redemocratização do país. O PCdoB, como um partido comunista tinha a convicção de agir na intenção de administrar sua força junto aos sindicatos e aos trabalhadores, julgando fundamental manter essa relação. E no Rio de Janeiro, o partido ministra certo sucesso em sua relação com a classe trabalhadora.

Outro movimento que o PCdoB acredita ter influência fundamental é o movimento estudantil, que na realização e apoio ao movimento do Fora Collor, o partido conseguiu ter um considerável crescimento, devido também à figura do Lindbergh Farias ligada ao partido e agora participando da política fluminense.

Do ponto de vista do diretório regional do PCdoB, o atual ciclo eleitoral se fechava com boas perspectivas, embora não haver uma movimentação na busca pelo objetivo final de um partido comunista que seria a ruptura com a sociedade capitalista para uma sociedade totalmente comunista, seguindo os preceitos de Marx e Engels. Porém, é ressaltado que o partido conseguiu importantes vitórias na busca por sua legitimação política e no caminho para uma maior aproximação com as grandes massas.

## CONCLUSÃO

---

<sup>88</sup> Partido Comunista do Brasil. Documento para debate (Informe Político da 7ª Conferência Regional do Partido Comunista do Brasil – Diretório Regional do Rio de Janeiro, aprovado na reunião do Comitê Regional de março de 1994) Rio de Janeiro, 1994.

A partir da abordagem sobre a atuação do PCdoB no Rio de Janeiro, nos períodos de abertura política e redemocratização do Brasil, buscamos apresentar uma análise acerca dessa movimentação baseada em fontes primárias. Além disso, dedicamos um capítulo inteiro na compreensão da história do PCdoB, a partir de um debate historiográfico.

Com a primeira parte do trabalho cumprida, que seria basicamente a apresentação do partido a partir de uma bibliografia estabelecida como apoio, e um debate historiográfico para enriquece a discussão. Partimos para os objetivos reais da pesquisa, analisando a atuação e movimentação do PCdoB no Rio de Janeiro, a partir de um recorte temporal que abrange toda a década de 1980 e a primeira metade da década de 1990.

Com a análise realizada a partir de fontes, chegamos à conclusão sobre essa atuação. Dessa forma, concluímos que a atuação do PCdoB no Rio de Janeiro no período citado pode ser dividida em dois momentos distintos. O primeiro momento seria o de abertura política, onde o partido buscou demonstrar sua atividade manifestando-se contra os abusos cometidos durante o regime militar. Mesmo com o anúncio da abertura, o PCdoB permanece atuando dentro de sindicatos e movimentos sociais para denunciar os abusos e crimes ocorridos durante o regime, em uma clara intenção de defender que os crimes políticos cometidos durante o período militar sejam investigados, e os responsáveis sejam punidos. Um exemplo dessa ação do PCdoB no Rio de Janeiro foram as manifestações no cortejo dos restos mortais de Carlos Danielli, e a atuação do partido na área portuária e sindical de Niterói.

Existe ainda outro momento de muita importância no período de abertura política, que é o início da campanha de legalidade política do PCdoB, que faz o partido criar estratégias de aproximação das grandes massas no Rio de Janeiro, buscando se inserir principalmente nos sindicatos e entre os trabalhadores.

O segundo momento ao qual devemos tratar nessa conclusão é após a entrega do país aos civis, em 1985 e a elaboração da Constituição em 1988. A partir de então, o PCdoB passa a entrar em um processo de construir no Rio de Janeiro a mesma aliança entre forças que formaram a coligação na eleição presidencial de 1989. O partido passa a tratar essa estratégia como um pacto entre

as forças de esquerdas, democráticas e progressistas que almejavam tirar o Estado do Rio de Janeiro do grave momento de crise e esvaziamento econômico em que vivia. Sendo assim, o partido se torna atuante nas eleições estaduais que elegeriam Leonel Brizola como governador em 1990. E assumiria um papel de apoio crítico ao governo estadual em seus quatro anos de mandato, criticando principalmente a aproximação com o governo Collor. Nesse período o partido compreende que o presidente Collor estaria abrindo caminho para o neoliberalismo e privatizações no Estado, o que estaria gerando e aumentando a crise e o esvaziamento econômico estadual.

A relação do PCdoB com Brizola se torna dual, por um lado o partido apoia Brizola e o PDT por entender que era um governo popular, carismático e de representação democrática. Por outro lado, tece críticas em relação a aproximação com os neoliberais, mesmo enfatizando que Brizola e o PDT eram populares e buscavam ter uma relação com o governo de Collor para garantir a governabilidade e conseguir investimentos financeiros para o Estado.

Do ponto de vista eleitoral, o PCdoB consegue certo sucesso com a eleição de Jandira Feghali para deputada federal pelo Rio de Janeiro em 1990. Já em 1994, o partido obtém sucesso na reeleição de Jandira, e elege Lindberg Farias como Deputado Federal pelo Estado. Embora seja um número pequeno de representantes comparado a outros partidos no Estado, e o próprio partido assumia um erro na formação de novas lideranças no Estado, eram importantes conquistas para um partido comunista que estava tentando recuperar seu prestígio e influência social no Estado.

O PCdoB compreendia que ao lado de governo popular e carismático como o de Brizola, e mantendo relações estreitas com as esquerdas populares e os movimentos sociais e dos trabalhadores no Rio de Janeiro, conseguiria sucesso na aproximação junto à grande massa no Estado, que segundo o partido era propício para os movimentos sociais e populares. A importância do Estado para o partido se dá em momentos importantes, como na campanha da legalidade política. Porém, o partido não consegue alcançar grande sucesso na questão eleitoral.

## **Bibliografia:**

Almeida, Gelson Rozentino de. *História de uma década quase perdida. PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979 – 1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BERSTEIN, Serge. *A culturapolítica*. IN: RIOUX; SIRINELLI. *Por Uma História Cultural*. Lisboa: Espanha, 1998.

CABRERA, José Roberto. *O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo: rupturas e continuísmo*. Campinas, SP: Unicamp, 2008 (Doutorado em Ciência Política).

CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e poder: uma nova história política?* In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

FERREIRA, Marieta de M. *A Nova “Velha História”: o Retorno da História Política*. IN: *Estudos Históricos*. N. 10, v. 5. Rio de Janeiro: 1992.

Ferreira, Marieta de Moraes. *Do Rio Grande do Sul à Guanabara*. IN: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro / Marieta de Moraes Ferreira ... [et al. ]*. - Rio de Janeiro: Alcrj, CPDOC/FGV, 2008.

FERREIRA, Mariea de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

FERREIRA, M. M. & AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História, memória e tempo presente*. In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

Motta, Marly. *O projeto político: A presidência da República*. IN: Ferreira, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro / Organizadora Marieta de Moraes Ferreira ... [et al. ]*. - Rio de Janeiro: Alcrj, CPDOC/FGV, 2008.

Partido Comunista do Brasil. *A política revolucionária do PC do B*. Informes ao 7º Congresso realizado em maio de 1988. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi

\_\_\_\_\_. Documento para debate (Informe Político da 7º Conferência Regional do Partido Comunista do Brasil – Diretório Regional do Rio de Janeiro, aprovado na reunião do Comitê Regional de março de 1994) Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. *O tempo não para, o socialismo vive!* (Informe Político da 6º Conferência Regional do Partido Comunista do Brasil – Diretório Regional do Rio de Janeiro, aprovado na reunião do Comitê Regional de 21 e 22 de setembro de 1991) Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Socialismo vive* – Documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil – João Amazonas, Rogério Lustosa, Luis Fernandes. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, p. 90, 1992.

\_\_\_\_\_. *Partido renovado, Brasil soberano, futuro socialista*. Resolução política, Estatuto e documentos do 11º Congresso do PCdoB (realizado de 20 a 23 de outubro de 2005, em Brasília/DF) / Renato Rabelo... [ET AL]. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

\_\_\_\_\_. *Um novo tempo para o Partido. Buscar êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional – desenvolvimentista* (Resolução Política da 9º Conferência nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), aprovada em 29 de junho de 2003 em Brasília.) / Renato Rabelo. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

\_\_\_\_\_. *O socialismo vive*. Documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PC do B). 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi.

Pomar, W. *Araguaia, o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

POMAR, Valter. *Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão de 1962*.

Ridenti, M. *O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-*

1992. *Perspectivas*, São Paulo, n. 17-18, p. 75-94, 1994/1995.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RÉMOND, René. *Por que História Política?* Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v 7, n 13, 1994.

SALES, Jean Rodrigues. *Entre a Revolução e a Institucionalização: a Participação Eleitoral do PCdoB na História Recente do Brasil*.

SALES, Jean Rodrigues. *Entre o Fechamento e a Abertura: A Trajetória do PCdoB na Guerrilha do Araguaia a Nova República (1974-1985)*.

SALES, Jean Rodrigues. "O PCdoB nos anos 60: estruturação orgânica e atuação política". *Cadernos AEL/Tempo de ditadura: do golpe aos anos 70*. Campinas, Unicamp, vol. 8, no 14/15, p. 14 - 49, 2001

Sarmiento, Carlos Eduardo. *Entre o carisma e a rotina: As eleições de 1982 e o primeiro governo*. Ferreira, Marieta de Moraes(org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro /*

Silva, A. O. da. *O PC do B diante da conjuntura política nacional*. Maringá: Revista Espaço Acadêmico, nº74. 2004.

Silva, Antônio Ozaí Da. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987 – 1994): permanências e discontinuidades*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).